



ULBRA

CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

Maria da Guia Pereira Leal

DIVERSIDADE SEXUAL EM CONTEUDO SACADEMICOS DO ENSINO MÉDIO EM
UMA INSTITUIÇÃO DE REGIME MILITAR DE PALMAS-TO

Palmas – TO

2018

Maria da Guia Pereira Leal

DIVERSIDADE SEXUAL EM CONTEUDOSACADEMICOSDO ENSINO MÉDIO EM
UMA INSTITUIÇÃO DE REGIME MILITAR DE PALMAS-TO

Projeto de Pesquisa elaborado e apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador: Prof^ª. Me. Lauriane dos Santos Moreira.

Palmas – TO

2018

Maria da Guia Pereira Leal
DIVERSIDADE SEXUAL EM CONTEUDOSACADEMICOS DO ENSINO MÉDIO
EMUMA INSTITUIÇÃO DE REGIME MILITAR DE PALMAS-TO

Projeto de Pesquisa elaborado e apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Prof^a. Me. Lauriane Santos Moreira.

Aprovado em: __14__/_06__/_2018__

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Lauriane Santos Moreira
Orientadora
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof. Me. Muriel Correa Neves Rodrigues
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof. Me. Ruth do Prado Cabral
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Palmas – TO

2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse em minha vida, pela força em meio as dificuldades e pelas pessoas a quem me presenteou para me auxiliar neste percurso.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Obrigada! por acreditar e torcer por mim.

Obrigada meus irmãos, cunhados e sobrinhos que nunca mediram esforços para contribuírem com a realização desse sonho.

Aos meus amigos e familiares que sempre me deram apoio, proporcionando alegrias e compartilhando as tristezas e dores que surgiram no decorrer desse percurso.

Ao querido professor orientador Hudson, pela dedicação, paciência, compreensão e conhecimento repassado com excelência para a elaboração desse projeto. Obrigada!

A querida orientadora professora Lauriane, pelo o empenho, dedicação, compreensão, paciência e todo conhecimento repassado de forma excelente. Obrigada por aceitar participar desse projeto e por contribuir em todo meu percurso ao longo do curso.

Aos colegas de curso, por incentivarem minha caminhada e tornarem os dias mais leves.

Às coordenadoras do curso de Psicologia Cristina e Irenides, pela promoção de um espaço colaborativo e acolhedor.

À universidade Ulbra e corpo docente que contribuíram neste processo de formação, por disponibilizarem um horizonte de possibilidades, coberto por ética.

Ao meu amado esposo Valerio Sousa, que nunca deixou de me apoiar, incentivar, lutar comigo como se as minhas dificuldades fossem suas também, obrigada por acreditar na minha capacidade. Você é minha inspiração.

“As coisas que realizamos, nunca são tão belas quanto as que sonhamos. Mas às vezes, nos acontecem coisas tão belas, que nunca pensamos em sonhá-las. Para mim aconteceu... você!” Te amo.

As minhas lindas e maravilhosas filhas, Valeria Stephane, Eduarda Katarinny e Carini Soraia, que foram grandes companheiras nessa jornada, filhas saibam que essa conquista não é só minha é nossa. Obrigada pela a paciência, colaboração e compreensão em momentos tão difíceis, amo vocês sempre!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEULP	Centro Universitário Luterano de Palmas
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo principal compreender como a diversidade sexual é abordada nas três séries do ensino médio em uma instituição escolar da polícia militar no município de Palmas – TO, a partir de um grupo focal com os educadores. Conhecer o currículo da instituição pesquisada, a fim de entender como foi elaborado e averiguar se na construção do referido currículo foram estabelecidas medidas que visam o ensino sobre a diversidade sexual. A partir de então, identificar se os educadores consideram relevante abordar o tema em sala de aula, e conhecer quais os principais desafios e dificuldades encontrados por estes educadores em trabalhar essa temática, com diferentes culturas e gerações, que se concentram no contexto escolar. Fomentar discussão sobre a relevância de promover ações que priorizam estudos relacionados a políticas de inclusão e aceitação das diferenças. Propor o envolvimento da psicologia, educação, escola e sociedade para a ampliação de conhecimentos referentes as diversidades que envolvem os sujeitos.

Palavras-chave: Diversidade Sexual. Psicologia. Educação.

ABSTRACT

The main objective of this research was understand how the sexual diversity is addressed in the high school levels in a military police school in the city of Palmas - TO, based on a focus group with teachers. To know the curriculum of the institution researched for understand how it was elaborated and investigate if in the construction of this curriculum were established measures that aim at teaching about sexual diversity. Form. then on, identify if the teachers consider relevant to approach the theme in the classroom, and to know the most importante challenges and difficulties encountered by these teachers whent they are working about this theme, with different cultures and generations, which focus on the school context. Promote discussions about the relevance of promoting actions that prioritize studies related to policies of inclusion and acceptance of differences. Propose the involvement of psychology, education, school and society to expand the knowledge about the diversities that involve the subjects.

Keywords: Sexual Diversity. Psychology. Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 PERCURSO TEÓRICO	10
2.1 PSICOLOGIA, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO.....	10
2.2 ADOLESCÊNCIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.....	14
2.3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE REGIME MILITAR E DIVERSIDADE SEXUAL...	20
3 METODOLOGIA.....	26
3.1 DESENHO DO ESTUDO.....	26
TABELA 1: PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	27
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.....	27
3.3 LOCAL E PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA	27
3.5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	28
3.6 VARIÁVEIS.....	28
3.7 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS, ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO, REGISTRO.....	28
3.8 ASPECTOS ÉTICOS	29
3.8.1 Riscos	29
3.8.2 Benefícios.....	29
3.8.3 Desfechos	29
3.8.3.1 Primário	29
3.8.3.2 Secundário	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
6. REFERÊNCIAS	44
APÊNDICES	49
ANEXOS	52

1 INTRODUÇÃO

A diversidade sexual é um termo que abrange a pluralidade de gêneros e de identidades, que envolve fatores relacionados ao corpo, comportamento e mentalidade do indivíduo. A fase da vida em que o sujeito inicia as descobertas acerca das mudanças ocorridas no corpo e a formação da identidade é a adolescência.

Portanto, é essencial que a temática diversidade sexual esteja presente nos currículos escolares de ensino médio para que os profissionais da educação estejam aptos e qualificados para abordar este assunto com embasamento científico, respeitando os Direitos Humanos. Dessa forma, se poderão debater as diferenças, em busca de valorizar cada indivíduo conforme a sua identidade sexual, haja vista que “o "papel social" do educador é discorrer sobre o preconceito, falar abertamente, sem medos. Falar com sutileza, sem ofender os que cometem o crime da intolerância” (SILVA, 2013).

Partindo desse pressuposto, a psicologia atua na elaboração de concepções e conhecimentos sobre as dinâmicas relacionadas a fenômenos que envolvem os seres humanos. Isso se dá uma vez que a psicologia é uma ciência que estuda o comportamento humano, a fim de melhor compreendê-lo e faz com que os indivíduos tenham uma melhor qualidade de vida, a partir do entendimento sobre seus pensamentos e emoções (DAVIDOFF, 2001).

A psicologia atua em diferentes fatores e necessidades do ser humano, inclusive na psicologia da educação, buscando promover melhorias necessárias para a qualidade de vida de cada sujeito, atuando assim, de maneira contínua na qual cada um possa reconhecer em si mesmo as possibilidades de mudanças em prol de beneficiar suas vivências no âmbito profissional, familiar e escolar (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004).

O mesmo ocorre com a educação que atua no sentido de inclusão dos sujeitos no ambiente social, pois através do debate e da vivência com indivíduos distintos ao ser humano cria-se um entendimento sobre as diferenças, e, inclusive, sobre a diversidade sexual. Sendo assim, a educação deve ser desenvolvida de forma inclusiva, trabalhando a importância de reavaliar alguns valores e esclarecer sobre as diferentes maneiras de ver o ser humano como ele realmente é; valorizando e respeitando cada indivíduo como ele se mostra (MANPRIN, 2009).

Uma vez que é dever da escola incitar discussões para que os sujeitos consigam lidar com as diferenças de forma mais natural possível, o processo de aprendizagem faz parte da construção e desconstrução de conceitos de maneira a realizar um processo de desenvolvimento de um ser crítico e reflexivo.

Com base nisto, esse estudo verificou de que forma a diversidade sexual é abordada em conteúdos acadêmicos em séries do ensino médio no Colégio da Polícia Militar em Palmas – TO. Concomitantemente a este trabalho, foram realizados outros dois trabalhos a respeito da diversidade sexual no ensino médio em uma instituição pública e em uma instituição privada de Palmas, de modo a obter-se uma visão integrada de como a diversidade sexual é trabalhada na rede de ensino na cidade de Palmas.

O Colégio da Polícia Militar consiste em uma unidade educacional na qual os estudantes seguem um regime similar ao das corporações militares que é baseada na disciplina, hierarquia, cidadania, valores morais e éticos, visando um ensino de qualidade e a formação cidadã e integral dos discentes (TOCANTINS, 2017).

Ainda de acordo com Tocantins (2017), a adoção de práticas pedagógicas e educacionais inclusivas que auxiliem o indivíduo a entender melhor a si mesmo e os demais indivíduos devem ser contínuas nas escolas de regime militar, já que a instituição educacional defende os direitos humanos e valoriza a cidadania, apregoando o respeito mútuo e inculcando nos alunos o seu papel na sociedade (TOCANTINS, 2017).

Procurou-se compreender, sob a ótica da psicologia, como a diversidade sexual é abordada em séries de ensino médio no Colégio da Polícia Militar em Palmas – TO, a partir de um grupo focal com os educadores. Para isso, foi estruturado um roteiro que possibilitou chegar a esse objetivo: foram levantadas as legislações que norteiam o ensino da diversidade sexual no ensino médio em instituições de ensino de Regime Militar; foi analisado se a instituição a ser pesquisada prevê em seu cotidiano o ensino sobre diversidade sexual.

Procurou-se compreender, a partir desse grupo focal, como o assunto da diversidade sexual é trabalhado com professores do ensino médio em uma instituição de ensino de Regime Militar de Palmas – TO. Também, à luz da Psicologia, os dados levantados foram discutidos, para promover uma reflexão acerca da promoção do respeito à diversidade sexual.

Como justificativa científica de relevância social refere-se à diversidade sexual como uma ampla gama de explicações para as diferentes expressões relacionadas à sexualidade humana. Ferrari e Castro (2015, p. 15) colocam que “ao nos referirmos à diversidade sexual pensamos em uma multiplicidade de modos de viver prazeres, desejos, relações, a partir de experiências construídas pelo sujeito”.

Estudar diversidade sexual é tentar compreender as diferenças que constituem as subjetividades, levando em consideração todos os fatores relacionados à vida de cada indivíduo. E a partir dessa compreensão desenvolver alternativas para atender cada um, de acordo com sua

especificidade e, com isso, identificar as causas que levam a exclusão social e a evasão escolar desses sujeitos.

Torna-se essencial que os alunos tenham contato e discutam por meio de conteúdos escolares essa temática tão atual e recorrente na sociedade, que faz com que inúmeras pessoas sejam vítimas de preconceito e de não aceitação, por vezes, pela incompreensão de outrem que não entende as diferenças.

A relevância social desse estudo se justifica na possibilidade de propor estratégias de atuação de profissionais da educação perante a diversidade sexual que existe em um ambiente escolar, de forma que, com o conhecimento da realidade pode-se utilizar alternativas que realmente trarão benefícios, que afetem positivamente a vida dos estudantes de ensino médio.

Também requer como importância a relevância social na conscientização acerca da diversidade sexual, pois os problemas relacionados à exclusão e discriminação de estudantes de ensino médio podem repercutir negativamente por toda a vida do sujeito. É preciso que haja políticas educacionais e estratégias pedagógicas que valorizem as diferenças e os direitos humanos em todos seus aspectos, evitando assim, a evasão escolar, e, principalmente, a formação de sujeitos egoístas e preconceituosos na sociedade.

A relevância em termos acadêmicos para a Psicologia se dá pela oportunidade de conhecer através dos levantamentos realizados em diferentes escolas da rede de educação estadual, como os alunos que saem do ensino médio chegam à academia no que se refere aos conteúdos relacionados à diversidade sexual, e a partir desse levantamento desenvolver possíveis metodologias inclusivas que atendam esses acadêmicos de forma acolhedora, para que os mesmos se sintam respeitado no ambiente no qual ele está inserido.

2 PERCURSO TEÓRICO

2.1 PSICOLOGIA, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

A Psicologia é a ciência que estuda os fenômenos psicológicos, analisando os comportamentos. Como disciplina envolve vários fatores relacionados às vivências humanas desde o desenvolvimento infantil, passando pela fase adulta, até os idosos; como ciência possibilita o uso de métodos investigativos para obter informações válidas e coerentes (DAVIDOFF, 2001).

Para Bock, Furtado e Teixeira (2009) a psicologia pode ser definida como o desfecho utilizado para desvelar o estudo da subjetividade, ou seja, as emoções e os sentimentos contidos em cada indivíduo. Atualmente não se compreende o universo psicológico somente como uma expressão da alma, mas também como um registro simbólico.

Para os autores é por meio do simbolismo e das emoções que o sujeito constrói suas vivências no meio social e cultural. Nesse ínterim, a psicologia tem se destacado pela capacidade de traçar concepções e conhecimentos sobre as dinâmicas relacionais que envolvem o fenômeno humano.

Considerando que a psicologia é uma ciência humana e seu objeto de estudo é o próprio ser humano, a dificuldade de se constituir o objeto de estudo pode ser devido às diferentes características que o envolve, pois é um ser historicamente instável que vive um processo de constantes mudanças (DAVIDOFF, 2001).

Para Gleitman, Reisberg e Gross (2009) o crescimento e a consolidação da psicologia se dão pelo comprometimento da mesma para com a ciência. Os autores pontuam que o trabalho desenvolvido de maneira unificada pelo profissional da área tem um papel relevante neste processo, pois a forma que cada um atua em diferentes campos corrobora para a configuração desta ciência.

A psicologia também é unificada por seu compromisso com a ciência. Alguns psicólogos trabalham no laboratório, outros coletam dados a campo. Alguns fazem estudos sobre condições existentes, outros fazem experimentos em que mudam as condições um do outro. Alguns estudam humanos, isolados ou em grupos, outros estudam animais. Os psicólogos se unem no sentido de terem uma postura aberta, mas crítica (GLEITMAN; REISBERG; GROSS, 2009, p. 20).

De maneira que a expansão da psicologia vem se concretizando devido ao surgimento de informações acerca dos dispositivos básicos que ministram os processos mentais e comportamentais dos seres humanos, tomando como comportamento, as ações usadas pelo organismo para se adaptar a um ambiente (GERRIG; ZIMBARDO, 2005).

Percebendo a psicologia como a ciência que visa compreender o ser humano e sua subjetividade, torna-se relevante compreendê-la como uma ciência em movimento, tendo em vista que a subjetividade humana é construída de forma gradativa e de acordo com os contextos nos quais o sujeito está inserido (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

Para os autores, a complexidade que permeia o ser humano pode ser demonstrada por meio de suas experiências externas que podem ser analisadas e refletidas intrinsecamente na mente e nos propósitos. A conexão entre o interior e o exterior é permanente, a linguagem utilizada para demonstrar essa expressão pode ser um instrumento efetivo que possibilita de forma positiva conhecer o outro melhor.

Diante disso, Gleitman, Reisberg e Gross (2009) pontuam que a psicologia busca compreender o que todos os humanos têm em comum entre si, e dessa forma, precisa ser abrangente para que o entendimento aconteça considerando as características dos pensamentos, ações e sentimentos de cada indivíduo e não que a compreensão seja de forma generalizada, pois cada sujeito possui características intrínsecas.

O ser humano é um ser social cujas relações e interações são determinadas de acordo com as modificações e alterações produzidas pelo ambiente e meio social em que o indivíduo está inserido. De forma que, são esses fatores que irão definir a forma de agir e de se portar no mundo, influenciando diretamente o processo que constitui a identidade e os papéis que cada sujeito se apropria no decorrer da vida (SILVA, 2009).

Com base no exposto acima, a psicologia atua nessas relações, buscando promover melhorias necessárias para a qualidade de vida de cada sujeito. A psicologia busca atuar de maneira contínua, na qual cada um possa reconhecer em si mesmo as possibilidades de mudanças em prol de beneficiar suas vivências no âmbito profissional, familiar e escolar, pois um contexto pode influenciar de forma intensa e direta no outro (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004).

Diante dessa perspectiva, um dos campos que deve ser enfatizado como objeto de estudos da psicologia, devido a sua importância na formação do sujeito como um ser crítico, é o campo da educação que precisa estar amparado por políticas públicas que venham contribuir para o desenvolvimento do sujeito como um todo (FREITAS, 2006).

Ainda de acordo com Freitas (2006) a psicologia pode ser decisiva para a compreensão dos processos educacionais, pois pode viabilizar possíveis probabilidades para atuação do profissional de psicologia em conjunto com os da educação.

A sexualidade humana simboliza um conjunto de comportamentos, relacionados a busca de satisfazer as necessidades do desejo sexual. É um tema abrangente que envolve uma

diversidade de fatores, sendo dificilmente definida de forma única e absoluta, haja vista a especificidade de cada sujeito e sua personalidade.

A sexualidade é um aspecto básico da vida que influencia as ações e pensamentos dos seres humanos. Segundo Bock, Furtado e Teixeira (2008), a sexualidade é própria de cada um, sendo um aspecto constitutivo presente em todos os seres humanos, antes mesmo de seu nascimento.

Os autores pontuam que a sexualidade precisa ser compreendida de forma mais ampla, para além de necessidades biológicas, e não é especificamente atrelada a fatores reprodutivos, pois é uma relação que envolve prazer e satisfação promovendo bem-estar. Apesar da carga e marcas culturais que essa temática representa, é necessário considerar as expectativas do outro, pois são fatores da vida humana que ainda despertam insegurança, dúvidas e fantasias (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

Nesse sentido Silva (2013), menciona que a sexualidade se constitui pela reprodução e a busca de prazer para si, e para o próximo. A sexualidade é como um princípio de vitalidade biopsicossocial, no qual estão englobados todos os sentimentos que o sujeito pode expressar, e também a manifestação destes sentimentos, que os tornam únicos, considerando que cada indivíduo tem uma forma de ser, agir, pensar, interagir e se colocar no mundo. Portanto, falar sobre a sexualidade implica discutir sobre sexo, amor, respeito, e tabus que precisam ser desconstruídos ou ao menos repensados.

Ainda de acordo com a autora, a sexualidade é uma temática que, ao ser debatido, é mais associada aos aspectos reprodutivos e as questões de procriação. As discussões são pautadas, maiormente, nos métodos de prevenção e controle de natalidade do que na promoção de conhecimento de si mesmo e do outro. Também não se debate acerca do significado e a diferença entre sexo e sexualidade, e não se leva em conta a infinidade de conceitos que a sexualidade tem e precisam ser compreendidos (SILVA, 2013).

Para Silva (2013), a sexualidade deve ser discutida na sociedade como um processo que envolve a construção de valores e condutas éticas, e deve ser vista como movimento permanente da compreensão de quem somos diante das condições históricas, relacionados a fatores culturais e de inter-relações humanas.

Considerando a complexidade do tema é importante que se adote medidas que venham fomentar as discussões acerca do assunto em diferentes contextos, a fim de promover inter-relações, principalmente entre o público jovem, pois:

A sexualidade juvenil é uma questão que necessita de discussão acerca do contexto social em que jovens das diversas classes sociais estão inseridos, através de fatos, valores morais e éticos, práticas culturais, visões de mundo locais e globais, grupos

de pertença e construção de personalidades que possam vir a identificar o "homem" e a "mulher" em torno da garantia de sua própria vida sexual, que é diversa, qual seja: hetero, homo, bi ou transexual (SILVA, 2013, p.22).

Sendo assim, como já exposta acima, a construção da sexualidade deve ser diariamente abordada, tendo como objetivo a redução de fatores relacionados a discriminação, condutas preconceituosas, exclusão social, imposições de poder e culturas que possam contribuir para tais fatores. Neste contexto, a escola pode ser um espaço que deve fomentar as discussões, pois é um local que abrange uma variedade de públicos.

A educação contribui para a formação do sujeito e o incentiva a buscar novos saberes, bem como reflexões pertinentes à forma de ser e de estar no mundo. Nesse sentido, Freire (2001) coloca que a autorreflexão promove no sujeito a possibilidade de aprofundar e refletir sobre sua tomada de consciência e formas de inserção do mundo, pois o homem é um ser que vive de relações e não só de contatos.

Unindo essas visões acerca da psicologia e da educação, temos que a psicologia da educação busca trabalhar no sentido de estabelecer condutas dentro do espaço escolar e soluções para que os sujeitos/alunos lidem com emoções e sentimentos, para assim potencializar o desenvolvimento e crescimento, não só quanto à aprendizagem, mas também para a vida, para a sua formação como cidadão (FREITAS, 2006).

E as relações estabelecidas dentro do ambiente escolar são imprescindíveis para o desenvolvimento do aprendizado e da consciência sobre o mundo, pois além da transmissão de conteúdo, a escola busca inculcar aos alunos valores sociais, de comportamentos e de responsabilidades, sendo um importante espaço para a discussão de conceitos e preconceitos na sociedade (SCHRAM; CARVALHO, s/a).

A educação, portanto, atua como provedor de conhecimento e deve proporcionar aos sujeitos a oportunidade de interagir com o mundo que o cerca, e partir dessa interação construir conhecimento, tornando essa construção feita por meio da ação, onde os indivíduos vão interagir com o meio e com outros sujeitos. Por meio da cooperação, cada indivíduo eleva o grau de onde é possível visualizar a materialidade do mundo físico e o caráter social das regras morais (CUNHA, 1998).

Quando se fala em educação devem-se pensar nos sujeitos e suas peculiaridades, principalmente, quando se refere aos adolescentes que são seres que vivem uma fase de transição e questionamentos. A educação precisa ser desenvolvida visando sanar esses questionamentos e se constituir medidas como um conjunto de iniciativas que visam construir uma sociedade justa, igualitária e menos excludente (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004).

Considerando que os adolescentes, devido aos conflitos vivenciados durante o período de transição e perda de identidade, podem se tornar vulneráveis aos aspectos negativos da sociedade como a violência e ações discriminativas. A educação tem um papel relevante diante da realidade desses adolescentes que precisam estar atentos para as diversidades que os envolvem, a fim de adquirirem o pleno desenvolvimento de suas capacidades físicas, mentais e intelectuais (VIANNA, 2006).

Nessa concepção, é possível perceber qual a importância do profissional de psicologia na escola, pois é a ciência que estuda os sujeitos, visto que a educação pode possibilitar o desenvolvimento individual, social e cultural das pessoas e permitindo, assim a sua sobrevivência (FREITAS, 2006).

A educação deve apresentar todos os fatores necessários para o desenvolvimento do ser humano e, de forma estrita pode apresentar mecanismos favoráveis ao desenvolvimento de competências e habilidades dos sujeitos. Apesar de ser um dever do Estado e da família como previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), “a educação deve ser baseada nos princípios de liberdade e nos ideais solidários humanos, a fim de que o aluno se sinta pronto para exercer sua cidadania” (BRASIL, 2015, p.31).

Desta forma, tanto a psicologia quanto a educação devem ser trabalhadas compreendendo as diversidades de cada indivíduo, e a sexualidade deve ser incluída neste rol, no sentido de promover ações em prol de melhorias no comportamento humano e a forma de se colocar e perceber no universo, considerando que cada um pode ser compreendido de forma social e independente.

2.2 ADOLESCÊNCIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Para Salles, Haase e Malloy-Diniz (2016) o desenvolvimento tem início na infância passa pela adolescência, até chegar à fase adulta e pode ser comprometido por vários fatores, como sociais, ambientais e biológicos. Os adolescentes passam a viver uma nova etapa da sua vida e precisam de mais independência e autonomia. A aceitação social e a maneira como outros os veem são aspectos considerados muito relevantes para eles.

A adolescência é uma fase de transformação que envolve mudanças significativas no corpo e na mente as quais o ser humano perpassa antes de se tornar um adulto. A adolescência se configura por muitas alterações. Algumas das alterações morfológicas e fisiológicas são ativadas por mecanismos neuro-hormonais, que resultam na primeira menstruação nas meninas, e nos meninos, a primeira ejaculação. Ocorre o aparecimento das “características sexuais

secundárias, com a completa maturação da mulher e do homem e de sua capacidade de fecundação, através de ovulação e espermatogênese, garantindo a perpetuação da espécie humana” (EISENSTEIN, 2005, p. 6).

Essas alterações podem afetar, inclusive, o comportamento dos adolescentes, dentro do seu ambiente familiar. As descargas hormonais podem influenciar grandemente na forma como este adolescente se relaciona com a família e amigos. Essas mudanças se manejadas de forma correta não representam nenhum risco relacional e/ou físico para os adolescentes.

Entretanto, em alguns casos, essas transformações podem causar grandes transtornos na vida do indivíduo, que não consegue lidar com tantos impulsos que emergem causando-lhe dor, perda, sofrimento e angústia, nesse processo de desenvolvimento. Segundo Vaisberg (2005) um dos fatores que contribuem para o sofrimento do adolescente pode ter relação com a dificuldade com o processo de construção de identidade.

Outro fator seria à ausência de personagens que sirvam de forma satisfatória a serem usados como referência de identificação. Portanto, é relevante que a sociedade contemporânea seja analisada, uma vez que esses aspectos são apresentados devido às dificuldades em lidar com as adversidades e as transições enfrentadas pelos adolescentes, em busca de construir a si mesmo na atualidade (VAISBERG, 2005).

Para Coutinho (2009) os conflitos e os transtornos sofridos devido às transformações que ocorrem no corpo dos adolescentes são inevitáveis, no entanto, podem ser reelaborados se forem compreendidos em seu luto pelas percas que sofreram, bem como a perda de identidade e do corpo infantil, pois na contemporaneidade a adolescência é marcada pela imaturidade do início ao fim.

Diante das transformações que os adolescentes enfrentam em seu período de transição, um dos fatores que podem contribuir para o aumento dos conflitos e dos questionamentos é a dificuldade de lidar com a sexualidade. Sugar (1992) afirma que é nessa fase que alguns adolescentes têm o surgimento da conscientização para as condições necessárias para o desenvolvimento sexual. Portanto, eles precisam estar amparados, pois esse desenvolvimento ocorre acompanhado de sentimentos emocionais que devem ser compreendidos.

Nessa perspectiva o autor ressalta que a sexualidade na adolescência deve ser trabalhada intensamente, pois os adolescentes precisam conhecer seu próprio corpo e os estímulos sexuais, e conseqüentemente, irão aprender a manter o controle desses estímulos, assim como a se tornarem responsáveis por sua sexualidade, evitando problemas futuros como doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada, dentre outras (SUGAR, 1992).

Segundo Osório (1992), é na fase da adolescência que são desconstruídos e reconstruídos a identidade do sujeito, a maneira que observa o mundo, a família e o meio a qual ele está inserido, e que se percebe a necessidade de se adaptar ao novo, pois é nessa fase que se busca estabelecer as relações sociais, com grupos de amigos onde surgem os primeiros contatos fora do âmbito familiar.

O autor ainda coloca que “a adaptação social se fará quando o adolescente se transforma de ‘reformador’ em realizador pela efetivação de seus potenciais criativos” (p. 48). Sendo que a adolescência é uma etapa de evolução inerente do ser humano, e, é nesse período que é complementado a maturação biopsicossocial do sujeito. Portanto, para que eles sejam compreendidos precisam ser considerados os fatores que os compõem e as peculiaridades que representam o fenômeno da adolescência.

A maturação do indivíduo ocorre de acordo com o meio a qual ele está inserido, sendo assim, esse adolescente para se desenvolver de forma estruturada irá precisar de um ambiente preparado para lidar de maneira respeitosa com suas adversidades. Kovács (2002) pontua que os adolescentes precisam enfrentar os limites e nascerem para o mundo, conhecendo as perspectivas oferecidas para sanar seus questionamentos diante da capacidade de elaboração, para assim se sobressair aos desafios encontrados.

A capacidade para pensar formalmente não somente aumenta a habilidade do adolescente na solução de problemas que anteriormente ficavam sem solução, como também conduz ao idealismo típico de seu grupo etário. A capacidade para conceituar o mundo como este poderia ser muitas vezes levar o adolescente a indagar porque o mundo real não se conforma a esse ideal potencial (FAW, 1981, p. 275).

As medidas utilizadas para compreender e lidar com os adolescentes podem ter influências sobre as formas adotadas como o meio alternativo para passar essa fase de transição, na qual eles se sentem profundamente incompreendidos e se tornam vulneráveis aos flagelos disponíveis na sociedade. Segundo Kovács (2002, p.54) o “adolescente está caminhando para o auge da vida e tem todas as potencialidades físicas e psíquicas para passar por essa fase sem grandes sofrimentos”.

E para que isso ocorra é necessário que esse indivíduo consiga identificar que adolescência possui aspectos positivos e é uma fase que vale a pena ser vivida, esse processo ocorre de acordo com as vivências de fases anteriores. E sendo assim, o ambiente em volta tem relevância, pois é a partir do meio e das relações sociais que os sujeitos se constituem, assim como afirma Rappaport *et al* (1993, p.11) “o processo de constituição de cada sujeito se dará de uma forma peculiar, em função da interação da trama familiar com o vivido particular de cada um”.

Nessa perspectiva Pereira (2005) defende que uma das virtudes do processo de evolução depende de como foi realizado a passagem de outras fases, para o autor o sucesso de qualquer período depende da maturação e das capacidades apropriadas a esse período, esse processo acontece no devido tempo e diante de um ambiente adequado.

As formas que os adolescentes encontram para lidar com essas transições que ocorrem durante essa etapa podem estar relacionadas as outras fases já vividas e como foram criados, educados, orientados e conscientizados. De acordo com Kovacs (2002, p.24), “a criança bem-amada e cuidada se vê mais forte e poderosa com um sentimento de invulnerabilidade e apoio, que colabora para o estabelecimento de estabilidade”.

As relações às quais os adolescentes são expostos em algumas situações podem contribuir para os tornarem mais inseguros, contrariados e apresentar comportamentos considerados inadequados, surgindo como forma de enfrentamento das dificuldades para se adaptarem ao meio a qual fazem parte.

Esses fatores podem se apresentar em consequência de um contexto repreensivo onde não se promove ações para que os mesmos construam novas formas de comportamentos. Para Fávero (2014) adolescência é a etapa da vida onde se começa a encarar o tempo como proporção significativa e contraditória da identidade.

Os adolescentes não se desenvolvem num vácuo. Eles se desenvolvem inseridos nos múltiplos contextos de suas famílias, comunidades e países. Eles são influenciados pelos pares, pelos parentes e por outros adultos com os quais tem contato, bem como pelas organizações religiosas e pela escola. Eles também são influenciados pela mídia, pelas culturas nas quais cresceram e pelos eventos globais. Eles são parcialmente um produto das influências ambientais e sociais (PEREIRA, 2005, p.26).

A adolescência envolve fatores que vão além de uma simples transição para vida adulta, pois é adaptação a um novo corpo, a independência, as responsabilidades impostas e as cobranças vindas dos meios onde eles vivem. Sendo assim pode-se considerar que as crianças que têm um ambiente familiar proporcional e atributos necessários para um bom desenvolvimento, possivelmente ele vai ser um adolescente consideravelmente mais resolvido o que pode favorecer as vivências da referida fase, sem tantos impactos negativos.

Na contemporaneidade, Fávero (2014) defende que a juventude não se resume mais as condições biológicas, e sim, por fatores culturais. As incertezas e todas as transformações que permeiam a adolescência a caracterizam como uma fase de transição, que a tornou algo além de fatores biológicos e de concepções culturais.

Pois a adolescência de hoje é marcada por inconstância, ausência de estabilidade em compromissos, apresentação de novas formas de ser e de se colocar diante das adversidades, ao contrário de outras gerações não enfatizam as experiências como algo a ser transmitido. Na

concepção atual, as experiências são uma realidade a ser construída. Segundo Fávero (2014), os adolescentes de hoje consideram a necessidade de desafiar os limites como uma condição essencial para sobrevivência o autor define que “compreender o jovem atual é desvendar o mundo de hoje” (p. 37).

Fávero (2014) coloca ainda que as características apresentadas pelos adolescentes são comuns em diferentes períodos da história da humanidade o que mudam são as formas que cada período desenvolve para lidar com esse fenômeno. Considerado que o tempo é um fator importante na escolha e comportamento do indivíduo no qual são construídas experiências que são referências e que influenciam nas ações e vivências de que cada indivíduo percebe seu estar no mundo e sua cultura.

Essas características apresentadas pelos adolescentes se confundem com as definições da sociedade contemporânea. Na contemporaneidade, a sociedade é marcada pelas fortes transformações, onde os indivíduos que não conseguem se adaptarem ou acompanhar os ritmos das constantes mudanças podem apresentar dificuldades em construir relações sociais que de fato são mediadas pela cultura (AYRES; SILVA, s/a).

Sobre a cultura de cada indivíduo, os autores explicam que o fenômeno da globalização do multiculturalismo e as comunicações, por meio dos avanços tecnológicos, superam os limites diante de um fluxo acelerado de informações. Esse fluxo permite que os indivíduos construam suas personalidades, a partir da mistura de sua cultura com outras, processo este que se tornou mais ampla, devido à evolução e difusão dos dispositivos eletrônicos.

De acordo com Bauman (1998), esses fatores apesar de trazerem inúmeros benefícios, como a facilidade em estabelecer contatos, deve-se considerar que, há também uma padronização e normatização com esses fenômenos, de maneira que, os adolescentes sofrem prejuízos no que se refere às relações e interações sociais, pois quando eles não se encaixam no padrão estabelecido, têm maiores chances de sofrerem ações discriminativas e exclusões.

Acerca das novas formas de comunicação reproduzidas em todo mundo, Bauman (2001) coloca que na sociedade contemporânea há o surgimento do individualismo, a liquidez e o adoecimento das relações.

Para o autor as maneiras de viver na contemporaneidade podem ser vulneráveis e exigem habilidades, pois é difícil manter a mesma identidade por um longo período de tempo, fomentando a ideia de um estado transitório que fragiliza as relações sociais, pois na atualidade o futuro se tornou uma incerteza e com isso as pessoas adotam formas individualistas de viverem e buscarem seus ideais (BAUMAN, 2001).

Desse modo, é na adolescência em que as instruções para o futuro precisam ganhar ênfase e o futuro deve ser visto como promissor onde as possibilidades têm mais chance de se tornarem concretas. Nessa concepção o autor aponta que essas modificações se materializam em ciclos de vida, que determinam as conjunturas e missões diferentes para os indivíduos, sendo que cada um vai se desenvolver e agir de maneiras diferentes, considerando os fenômenos vivenciados ao longo da vida. Embora ancoradas no desenvolvimento biopsíquicos dos indivíduos, não são fenômenos puramente naturais, mas sociais (FÁVERO, 2014).

Nesse sentido, autor pontua que a sociedade do passado foi marcada por incerteza em relação ao futuro, por vários fatores, guerra, epidemia, colapso econômico, dentre outros, à história de cada sujeito era definida pelo o histórico familiar e o contexto social. Os adolescentes da contemporaneidade e as indefinições da idade se multiplicaram e foram marcadas por outras incertezas, as perspectivas se ampliaram, as possibilidades sociais se tornaram mais disponíveis da mesma forma a diversidade dos meios onde às opções podem ser identificadas (FÁVERO, 2014).

Nesse contexto, a educação deve ser trabalhada como um fator potencializador de liberdade e o elemento fundamental para que os membros de uma sociedade tenham o direito de escolha e assim sentir-se parte de uma sociedade justa, onde são respeitados e acolhidos. Adolescentes precisam ser vistos como parte dos processos educativos, com o intuito de despertar neles o sentimento pertencimento dos contextos onde estão incluídos (BAUMAN, 1998).

Sendo preciso criar políticas públicas sociais com medidas educativas, a fim de promover ações de inclusão e orientação para que esse adolescente se sinta amparado para enfrentar os desafios. Nessa concepção, a escola e a família têm um papel importante nesse processo, pois ambas têm forte influência social, juntas podem desenvolver trabalhos que visa contribuir nas mudanças de comportamentos e conseqüentemente as condutas, vista como inconveniente para uma vida social (BAUMAN, 1998).

Diante das concepções dos referidos autores pode-se concluir que independente do período a adolescência é uma fase marcada historicamente pelas transições, conflitos e questionamentos que podem ser pertinentes e vão além de crises ou intransigências como são definidas por algumas pessoas que não sabem lidar com esses fenômenos e tentam minimizá-los, sem considerar o sofrimento que os envolvem.

2.3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE REGIME MILITAR E DIVERSIDADE SEXUAL

Nas instituições de ensino militar, apesar de seguirem um regime baseado nas corporações militares, onde se prioriza valores éticos e morais, bem como a disciplina, não se excluem as leis da educação. No nosso país, as normas que regulam a educação estão dispostas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996. As instituições de ensino de regime militar também se baseiam inteiramente na LDBEN para cumprir seu papel enquanto instituição de educação formal.

Compreender as diferentes manifestações da sexualidade humana, é compreender e reconhecer essa temática como um direito pode ser uma alternativa para garantir a igualdade e a liberdade dos indivíduos. Segundo Silva Junior (2014, p.83) “a sexualidade refere-se ao conjunto de manifestações afetivo-emocionais conscientes e inconscientes, que engloba a orientação sexual e as diversas expressões de gênero, enquanto produtos culturais”.

Para compreender essa temática e todos os fatores relacionados é preciso fomentar discussões que favoreçam na ampliação de conhecimentos e incentivos para a implantação de medidas educativas que envolva estudos sobre as diferenças e aceitação das mesmas. Furlani (2016) pontua que a sexualidade é uma da característica humana que está presente em todos os estágios, apresentando meios próprios de manifestar conceitos sociais e práticas individuais.

Portanto abordar a diversidade sexual no contexto escolar surge pela necessidade de conhecer e respeitar as diferenças existentes que envolvem os sujeitos dentro e fora do ambiente escolar. Segundo Torres (2013) devem-se intensificar as possibilidades de refletir acerca da diversidade e desenvolver ações que contribuam para seu reconhecimento na educação, bem como compreender os fenômenos e as transformações que ocorrem ao longo do processo histórico de cada sujeito em diferentes culturas.

Deve se trabalhar estrategicamente as informações relacionadas à diversidade sexual de forma que a escola possa transmitir aos alunos um conceitual esclarecedor de que as pessoas têm formas diferentes de comportamento e modos de viver, mas como começar? Segundo Furlani (2016) “quando se trata de dar início a uma prática docente de planejamento e de implementação de atividades no campo da educação sexual, muitos/as educadores/es não sabem por onde começar” (p. 87).

Diante da afirmativa citada pelo o autor acima, torna-se interessante promover ações que possam facilitar a formação da identidade no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Maprim (2009) é relevante que os educadores passem por um processo de qualificação, nos quais devem fazer planejamentos, desenvolver habilidades e metodologias que

proporcionem melhoras significativas na educação, visto que o resultado dessa educação pode diminuir fatores negativos como as desigualdades, exclusão e o preconceito.

A solução para a questão é uma proposta de educação sexual já nas séries iniciais, direcionada para as questões de gênero. Trabalho esse de comprometimento educacional real, para a formação de crianças e futuros adultos sexualmente saudáveis, com uma efetiva capacitação continuada para os educadores (MAPRIM 2009 p.09).

Ainda nessa perspectiva a autora supracitada afirma que para obter benefícios como igualdade na educação é necessário fazer uma intensa reflexão e uma redefinição de valores, incluindo as potências culturais e concepções relacionadas à sexualidade para orientar e garantir “a formação de seres humanos críticos, criativos e ousados” (MAPRIM, 2009, p.8).

As etapas apontadas dentro dos planejamentos, devem envolver didáticas capaz de articular nos currículos das instituições, trabalhos de conteúdos relacionados diferentes temáticas, entre elas a diversidade sexual, identidades culturais e de gênero, raça, etnia entre outras. Para Furlani (2016) a educação sexual pode ser iniciada desde a educação infantil, com atividades e com dinâmicas criativas sobre o assunto, sendo assim deve ser incluído no currículo escolar.

Nesse sentido, Torres (2013) afirma que se torna relevante compreender a diversidade sexual como algo que não se restringe as diferenças sexuais, mas como a possibilidade de ampliar os conhecimentos relacionados às diferentes formas de expressões sexuais, a falta de igualdade e também de direitos. Para os indivíduos que manifestam essas diferenças, a certificação da sexualidade como oportunidade que devem ser observadas quando tem aprovação das culturas para as expressões da diversidade.

Diante dessa colocação percebe-se a necessidade da escola como representante da educação formal e política, onde se mantém uma grande concentração de público com diferentes idades e cultura, esse espaço deve ser concebido como um espaço que vai além de um dispositivo controlador limitado a regras que potencializam ações discriminativas e preconceituosas. Para Torres (2013) “o preconceito vem de casa, mas a escola como um espaço de educação, pode fazer com que esses estudantes modifiquem suas próprias visões até mesmo as visões de seus parentes” (p. 47).

As questões relativas à diversidade sexual e ao alargamento dessa noção são agora percebidas na comunidade escolares mais do que em outras épocas, pois fica cada vez mais claro que a escola é um lugar de reprodução dos preconceitos e, por isso, é também um espaço para combatê-lo (TORRES, 2013, p.56).

A escola deve desenvolver ações inclusivas, onde os sujeitos possam se sentir seguros para manifestar suas diversidades, sem o sentimento de culpa, inferioridade e exclusão, a educação e a escola são fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade. O

conhecimento deve ser produzido com o intuito de privilegiar o diálogo com possibilidades de questionamentos e análise de situações que envolvam os estudantes a fim de promover debates, resgates e exposição de suas ideias (MANPRIM, 2009).

É necessário se atentar para criação de políticas educacionais que atendam cada indivíduo de acordo com suas singularidades, pois de acordo com Torres (2013), o aspecto social pode intervir na forma de como as pessoas aprendem respeitar ou não uma cultura. Além disso, o autor pontua que o indivíduo está inserido em diversos grupos e assim divide informações, discute ideias, define posição, e constrói discursos fomentando a partir dos mesmos, as suas ideologias.

Os grupos de convivência e interação ligados a escolas e outras instituições sociais podem ser uma ferramenta para a promoção de discursos reflexivos a respeito de temáticas como diversidade sexual e aos direitos das minorias sociais. Para isso, a instituição escolar e os núcleos responsáveis pelas pesquisas acadêmicas precisam estabelecer uma comunicação mais frequente com outros campos de educação não formal e buscar compartilhar conhecimentos e ensinamentos, que contribuam para uma sociedade mais justa e menos excludente (TORRES, 2013).

De acordo com Freire (1996) a educação deve ser composta por ações educativas que almejam o alcance da eficiência e sejam capazes de proporcionar aos educandos atuações livres e críticas. O que Furlani (2016) corrobora, ao afirmar que se a escola é o meio de educação formal que visa contribuir no crescimento completo do sujeito e sua inclusão social, é importante que a educação sexual esteja presente no contexto escolar.

O espaço escolar é extenso e abrangente em diversidades, sejam elas culturais ou sociais, sendo assim é o campo ideal para que as crianças, adolescentes e demais públicos ampliem seus conhecimentos sobre as diferenças culturais e valores, além de se tornarem cientes de seus direitos e deveres (MAMPRIN 2009).

Para que a busca pelo conhecimento aconteça, deve-se entender a diversidade sexual como um direito relevante, e que deve ser incluído e estudado na escola, igualmente aos conteúdos de outras disciplinas já incluídos nos currículos das escolas (FURLANI, 2016).

A busca pelo conhecimento também pode ser uma forma adotada pelo sujeito para se incluir em determinados grupos ou no meio social, principalmente os sujeitos que se vêem diferentes e já sofreram algum tipo de discriminação.

Assim como afirma Moreira (2015):

A busca pelo o reconhecimento da diversidade sexual é um fator que une diversos, inúmeros indivíduos. Mesmo que cada um possui características próprias e distintas dos demais, pois esse objetivo aproxima as pessoas que, à primeira vista, poderiam

não ter nada em comum, mas que se uniram por uma finalidade maior, formando entre si uma identidade social (p.01).

A escola deve se atentar para o surgimento e o funcionamento desses grupos, pois dependendo da finalidade, podem contribuir em criação de projetos e ações educativas de promoção, inclusão, igualdade e redução de violências causadas pelo preconceito dentro e fora do ambiente escolar. Para Silva Junior (2014) a diversidade sexual é a fragmentação da diversidade que completa a conjunção do ser humano.

Convém ressaltar que a escola, apesar de ser um espaço de socialização, não deve se colocar como inquestionável e que não pode ser confrontado. É relevante que esse espaço seja visto por pedagogias inovadoras e abertas ao diálogo, desenvolvendo ações participativas junto à sociedade em um ambiente que permite e incentiva a revisão de conceitos, visando melhorias na convivência do indivíduo no meio o qual está incluído (JUNQUEIRA, 2014).

Seguindo essa concepção, o autor defende que os educadores precisam perceber a necessidade de mudar e se disponibilizar para as mudanças no que se refere às formas e metodologias de ensino, a fim de contribuir para que as práticas opressoras relacionadas a diversidade sejam extintas (JUNQUEIRA, 2014).

Diante do exposto, vale ressaltar que a diversidade sexual ainda é um assunto pouco discutido no ambiente escolar seja por dificuldade dos educadores em abordar o assunto por diversos motivos, bem como do modelo de educação a que foram submetidos, e também pelo próprio modelo de educação vigente que ainda é considerado pelos referidos autores como carentes em medidas educativas em prol da inclusão de grupos vistos como minorias sociais.

O processo educativo de ensino envolve saberes, conteúdos, práticas e conhecimentos que são transferidos para diferentes públicos, a fim de desenvolver o raciocínio dos alunos e promover formas de pensar sobre os diferentes problemas, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e na formação de sujeitos hábeis a fazer mudanças positivas na sociedade a qual ele está inserido. Nesse sentido o “ensino aprendizagem passará a ser entendido como a possibilidade de despertar no aluno a curiosidade, o espírito investigador, questionador e transformador da realidade” (PINHEIRO, et. al. 2007, p.79).

O ensino médio é a etapa final da Educação Básica, tem duração mínima de três anos e atende a formação geral do educando. E como etapa conclusiva da Educação Básica, o Ensino Médio deve ofertar, de maneira vinculada, uma educação proporcional, com funções iguais para todos os educandos. O papel social desse grau de ensino é a formação do indivíduo em sociedade, enquanto cidadão (PINHEIRO et. al. 2007).

Ainda de acordo com o referido autor, a formação desses sujeitos deve ocorrer de maneira a desenvolver valores e habilidades indispensáveis, para que haja uma integração social onde ele se situa e melhore como educando e pessoa que tenha acesso por direito a uma formação ética que promova o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Nesse sentido, deve se propor ao aluno um acompanhamento dos níveis de desenvolvimento da sociedade em diversos setores, pois ele precisa conhecer a realidade do meio social onde ele está inserido; sensibilizar por meio da valorização da criatividade e do reconhecimento dos trabalhos em prol das políticas de igualdades que visa amparar e respeitar a diversidade. O respeito pela diversidade se constitui como sendo o eixo para cidadania, ética e a formação da identidade, características essas que contribuem para a emancipação do educando, a liberdade da escola em instituir suas propostas pedagógicas (PINHEIRO, et al. 2007).

A escola deve seguir os Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs, que são referências para o ensino fundamental e médio no Brasil. Para o ensino médio os PCNs têm como finalidade o auxílio para os professores, no que se refere a prática das atividades rotineiras. Busca-se assim, promover uma reflexão sobre o planejamento, desenvolvimento e aplicação dos currículos da escola, garantindo que todos os cidadãos brasileiros tenham condições necessárias para exercer a cidadania e usufruir dos direitos previstos na Constituição Federal (PALMA et al. 2015).

Além disto, o respeito pela diversidade ganha um novo incentivo com o advento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. A versão do ano de 2007, institui como um dos objetivos principais, a transversalidade da educação em direitos humanos, bem como a ênfase do papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática (BRASIL, 2007, p. 26).

Ainda de acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, desde a educação básica, passando para a educação superior e abrangendo os contextos de educação não formal, educação nos sistemas de justiça e educação midiática, é imprescindível que se destaque a importância do ensino de Direitos Humanos para que seja fortalecido o Estado Democrático de Direito.

De acordo com o Palma et.al (2015), a escola deve propor um trabalho que consiga abordar aspectos relacionados à orientação sexual, considerando os termos propostos pelos PCNs, que propõe um espaço de discussão acerca da sexualidade em um aspecto mais amplo e não somente em relação a escolha de parceiros ou parceiras.

O autor considera que as discussões sobre essa temática dentro do ambiente escolar é um avanço no ensino brasileiro. “A escola não pode simplesmente fechar os olhos para a realidade, e considerar que as palavras: gay e lésbica devem ficar fora dos portões escolares” (PALMA et al., 2015, p .3).

3 METODOLOGIA

3.1 DESENHO DO ESTUDO

A metodologia desta pesquisa consistiu em atender ao objetivo de compreender como o tema da diversidade sexual é trabalhada em séries do ensino médio a partir da perspectiva dos professores. Para tanto, se utilizou de pesquisa aplicada, conforme Barros e Lehfeld (2000 *apud* VILAÇA, 2010), que teve por objetivo coletar dados e produzir saberes para utilização dos resultados, visando colaborar para finalidades práticas. A natureza da pesquisa é qualitativa e tratou de aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). O objetivo metodológico da pesquisa foi exploratório que, de acordo com Gil (1991), proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, envolvendo o levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado.

A pesquisa também é considerada de campo, na qual o investigador assume o papel de explorador, coletando diretamente os dados no local em que se deram ou surgiram os fenômenos (BARROS; LEHFELD, 2000, BARROS; LEHFELD, 1990). A pesquisa realizou-se por meio da formação de um grupo focal, baseado na interação entre os participantes e o pesquisador, que tem por objetivo colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos (LERVOLINO; PELICIONI, 2001). Segundo Veiga e Gondim (2001 *apud* GONDIM; BAHIA, 2003), o grupo focal caracteriza-se também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos.

3.2 PARTICIPANTES

Trata-se de professores do ensino médio do Colégio da Polícia Militar de Palmas – TO, Unidade II, sendo que 11 (onze) se dispuseram a participar, mas somente 6 (seis) compareceram ao local de realização da pesquisa. Os motivos de não comparecimento dos demais indivíduos não foram questionados em observância tanto aos princípios éticos da pesquisa, que garantem a total liberdade aos participantes para desistir da pesquisa no momento em que julgar necessário, quanto ao formato do grupo focal, que permite essa maior maleabilidade quanto ao número de pessoas que participam do grupo.

Importante destacar que somente após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é que a coleta de dados ocorreu. A tabela abaixo detalha as informações relevantes para a pesquisa, acerca das seis pessoas que participaram do encontro.

Tabela 1: Participantes da pesquisa

Número	Nome fictício	Formação acadêmica	Anos de exercício de profissão	Tempo lecionando na referida escola
1	Entrevistado 1	História	14 anos	6 anos
2	Entrevistado 2	Filosofia	3 anos	2 anos
3	Entrevistado 3	Pedagogia	8 anos	3 anos
4	Entrevistado 4	História	1 ano e 4 meses	1 ano e 4 meses
5	Entrevistado 5	Pedagogia	6 anos	5 anos
6	Entrevistado 6	Letras	10 anos	1 ano

Fonte: Elaboração própria

3.3 LOCAL E PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em uma instituição pública da Polícia Militar de Ensino Médio de Palmas-TO, Unidade II, sendo que a realização do grupo focal aconteceu em um único dia, previamente definido junto à coordenação pedagógica daquela instituição. O contato com a escola foi iniciado a partir da aprovação do projeto pelo CEP/CEULP, no dia 23 de março, sendo necessários 9 (nove) vistas ao colégio para inserção da acadêmica-pesquisadora no campo. O grupo focal foi realizado no dia 09 de abril, das 14:30 às 15:30 horas.

3.4 OBJETO DE ESTUDO OU POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população do estudo foi o corpo docente das três séries do ensino médio do Colégio de Ensino Militar. A partir da natureza qualitativa do estudo, a forma de seleção da amostra ocorreu de forma aleatória. Houve a divulgação em livre demanda e os professores foram convidados pessoalmente. Não houve definição prévia da quantidade de participantes, pois o grupo focal pode ser realizado com aqueles que comparecerem. Não houveram resistências visíveis da parte dos professores, em aceitar os convites para comparecerem ao local de realização do grupo focal.

3.5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram convidados professores de ambos os sexos, de primeira a terceira série do Ensino Médio do Colégio da Polícia Militar de Palmas-TO, que trabalham na instituição pelo menos há seis meses.

Foram considerados critérios de exclusão do estudo: pessoas com idade inferior a 18 anos.

3.6 VARIÁVEIS

A princípio o estudo buscou compreender se a instituição prevê em seu cotidiano de ensino o trabalho com conteúdos relacionados a diversidade sexual e como os professores são preparados para ministrar aulas relacionadas ao assunto. Além de identificar os desafios enfrentados por ambas as partes em trabalhar a referida temática, diante da complexidade que a envolve, e verificar se existe uma metodologia adotada para facilitar o processo de ensino no que se refere à educação sobre diversidade sexual.

3.7 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS, ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO, REGISTRO

Para a realização dessa pesquisa foi utilizada como instrumento de coletas de dados a entrevista semi-estruturada, observação sistemática, pergunta disparadora, exibição de vídeo através de data show e caixa de som, os quais serão mais bem descritos abaixo.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), na entrevista semi-estruturada (de autoria da pesquisadora e que pode ser consultada no Apêndice A), o entrevistador tem liberdade para desenvolver qualquer situação a variados destinos que considere adequado. Normalmente, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.

A observação sistemática (de autoria da pesquisadora e que pode ser consultada no Apêndice B) consistirá em uma observação passiva do observador, na qual ele não se integra ao grupo observado, permanecendo de fora, isto é, presenciando o fato, mas sem participar dele, não deixando se envolver pelas situações, realizando mais o papel de espectador (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

O grupo focal se dá a partir da discussão de um tema, relacionado primeiramente com as questões de investigação que a pesquisa em foco visa responder (LERVOLINO; PELICIONI, 2001), sendo assim, o grupo foi conduzido por uma pergunta investigação que favoreceu ao grupo o mergulhar no objeto central. Após exibição do vídeo “Globo Educação: Diversidade Sexual na Escola 04-06-2011 – parte 1” disponível no site Youtube, que discute

sobre homofobia, sexualidade, gênero, homossexualidade, preconceito e educação”, foi realizada a pergunta: Devemos discutir diversidade sexual na escola?

3.8 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa foi realizada com o consentimento total dos participantes, explicitado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que pode ser consultado no anexo A. De acordo com a Resolução 466/12, artigo IV, estabelece que toda pesquisa com seres humanos deve ser devidamente esclarecida aos participantes. O Termo deve ser assinado em duas vias, uma das quais permanece com o pesquisador e outra com o participante.

3.8.1 Riscos

Os riscos se referiam as dimensões psíquicas e culturais dos docentes participantes do grupo. Os conteúdos trabalhados pela estrutura do grupo focal e pelo tema poderiam causar certa ansiedade e um possível constrangimento. Caso ocorresse algum desses problemas o Núcleo de Atendimento a Comunidade, que faz parte do CEULP-ULBRA ofereceria os serviços de psicologia (SEPSI) para auxílio psicológico, mas não foi necessário.

As identidades dos professores serão preservadas respeitando a ética tal qual expresso na Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 466/12 e suas complementares, assim como atender os requisitos da Norma Operacional da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP nº 001/13, especialmente, no que se refere à integridade e proteção dos participantes da pesquisa.

3.8.2 Benefícios

Os benefícios podem ser relacionados aos aspectos, morais, sociais e culturais dos professores que participaram da pesquisa, tais como: maior conhecimento sobre a função de abordar conteúdos relacionados à diversidade sexual, a fim de proporcionar melhorias nas relações do aluno dentro e fora do contexto escolar facilitando o processo de aceitação, empatia e respeito das diferenças.

3.8.3 Desfechos

3.8.3.1 Primário

Ao finalizar a pesquisa, a perspectiva é de que os resultados obtidos causem impactos positivos, no sentido de que proporcionem uma melhora no trabalho dos professores, e assim

contribuam para um ambiente escolar mais acolhedor com práticas educacionais inclusivas, onde o público se sinta seguro e respeitado de acordo com as diversidades.

3.8.3.2 Secundário

Aos participantes da pesquisa, espera-se que eles reflitam sobre o papel do educador na transmissão de conhecimentos relacionados à diversidade sexual, tendo em vista minimizar as desigualdades que potencializam as ações preconceituosas.

O trabalho visa proporcionar discussões intersetoriais que fomentem ações de incentivo a busca de conhecimentos sobre o assunto e a implantação de medidas que viabilizem a realização de novas pesquisas.

3.9 PROCEDIMENTOS

Etapa 1: Apresentação da pesquisa

O contato com a instituição se deu por meio de visitas informais solicitações formais via ofício, encaminhadas pela Delegacia Regional e Ensino. A apresentação da pesquisa se deu no local de realização com visitas regulares nas quais eram explicados os objetivos da pesquisa para os orientadores e professores. Foi fornecida à instituição uma planilha com as informações referentes à pesquisa.

Após estas visitas diárias, 11 (onze) professores se dispuseram a participar da pesquisa, constituindo a amostra. A escolha do local e horário do grupo foi adequada à necessidade dos participantes. No dia da realização do grupo, 6 (seis) dos profissionais que se voluntariaram compareceram.

Etapa 2: Realização do Grupo Focal

No total, foram realizadas 9 (nove) visitas ao local ao Colégio Militar. Nos dias 26, 27, 28 e 29 de Março e 2, 3, 4 e 5 de Abril, as visitas objetivaram convidar de forma direta os educadores para participar do grupo focal. Tal momento foi realizado no dia 09 de abril de 2018, no período das 14h30 às 15h30, um horário escolhido pelos integrantes, por se encaixar melhor no horário de todos.

Do total de 11 (onze) pessoas que declararam ter interesse em participar da pesquisa, 6 (seis) compareceram ao momento de realização do grupo focal. Os detalhes referentes a estes membros do grupo são descritos com maior clareza no item Participante”. A coleta de dados

contou com a participação de duas relatoras, estudantes de psicologia, cursando o 10º período, que além da responsável pela pesquisa, auxiliaram diretamente na anotação de dados mais relevantes e na observação da comunicação não verbal ocorrida durante a entrevista. Também foi utilizado um gravador para evitar que se perdesse alguma informação importante relatada durante o grupo. A duração da discussão grupal foi de 50 (cinquenta) minutos, entretanto, o tempo gasto com a preparação do local resultou em um total de 1h 20 min. (uma) hora e (vinte) minutos.

Etapa 3: Análise dos dados

Após a realização do grupo focal, os dados foram analisados, considerando o referencial teórico levantado nesse estudo, que perpassa pela sexualidade na adolescência e as questões que permeiam o contexto escolar. A análise do discurso foi utilizada, conforme a proposta de Gregolin (2007) que define, a análise do discurso como um campo de pesquisa o qual o objetivo é entender a produção social de sentidos, realizada por indivíduos históricos, por intermédio da materialidade das linguagens. Ao analisar os discursos significa a busca de compressão do que foi produzido e enunciado durante a realização do grupo. Para a autora “o discurso é uma prática que provém da formação dos saberes e que se articula com outras práticas não discursivas” (GREGOLIN, 2007, p.14).

Estes dados estão disponibilizados de forma detalhada no capítulo a seguir “Resultados e Discussão”.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a realização do grupo focal com os professores, foi verificado que a discussão da temática diversidade sexual é um tema polêmico, permeado por diversos conflitos tanto internos quanto externos. Assim, para uma demonstração mais didática da interpretação dos dados do grupo realizado, os dados foram categorizados por palavras-chaves, que englobam os conflitos referentes ao contexto da discussão sobre a sexualidade dentro de sala de aula, sendo elas: qualificação profissional, interesse dos alunos, papel do Estado e valores e princípios familiares. Ressalta-se que tais palavras-chaves apareceram em grande quantidade durante o decorrer da discussão em grupo.

Sobre a **qualificação profissional**, os professores relataram que é necessário para qualquer abordagem, em especial das que tratam de diversidade sexual, uma qualificação profissional contínua, uma vez que é uma temática bastante delicada, além de ser uma realidade presente nas escolas. Além disso, quando abordam o assunto muitos familiares procuram a escola para reclamar e criticar a exposição de tal temática.

“O Estado não prepara a comunidade falando que vai haver tal disciplina, que vai comentar sobre tal assunto. E que primeiramente, esses profissionais têm que ser qualificados, não basta jogar aqui e pegar os professores e falar se vira, é complicado isso”. **Entrevistado 1**

“O professor tem de estar atualizado sobre o contexto, tem que ter bagagem para discutir sobre as questões”. **Entrevistado 2.**

“Primeiramente, eu já acho errado o Estado querer inserir esse tipo de assunto sem dar nenhuma participação aos professores, e segundo ele está errado novamente em querer passar essa responsabilidade para os professores sendo que é um assunto muito particular de várias pessoas, que envolve religião e família. Então, o Estado para mim nesse momento ele é omissivo, até nos mesmos ao exercermos nossa profissão de professores falta qualificação”. **Entrevistado 4.**

O que de fato deve ser colocado em prática é a qualificação profissional de professores, que conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) deve apresentar condições necessárias para o desenvolvimento de competências e habilidades de professores, de modo que o aluno receba orientações, instruções e opinião crítica para exercer sua cidadania (BRASIL, 2015, p.31).

Notou-se que na discussão, os professores reafirmaram que a temática da diversidade sexual é sim muito importante para os alunos, que, por vezes, não discutem a temática em casa, e que eles (os alunos) possuem dúvidas e interesse em abordá-la.

“Eu acho interessante isso, só que o Estado tem que trazer a responsabilidade para ele também, não é só simplesmente jogar para nós professores, nos virarmos, nos desdobrarmos. O Estado ultimamente só quer isso de nós. Que nós peguemos toda a responsabilidade e nós consigamos de alguma maneira, não sei como, que brote uma luz, e a gente consiga do nada direcionar esses alunos sem, de alguma maneira, influenciar eles. Como falar de homossexualidade sem interferir na vida, nos valores, e nos princípios da família. Não pode é chegar um pai ou uma mãe aqui, na reunião de pais, e esperar que a gente consiga do nada”. Entrevistado 1.

“Ao falar de sexualidade só pode falar que meninos gostam de meninas. E não posso falar que conheço casais de mulheres que são bem sucedidas. Porque senão vai chegar o pai e falar que estou dando aula e orientando errado. O certo é o professor ter uma cartilha para trabalhar com a orientação clara. Tem que haver qualificação para não ser algo feito nas coxas”. Entrevistado 4.

Entretanto, ainda segundo o Entrevistado 1, não adianta a discussão constar no plano de ensino da instituição, com o aval da Secretaria de Educação, sem que haja a devida qualificação dos professores, seja com teoria como o emprego do assunto na prática, uma vez que envolve o contexto íntimo das pessoas, os valores e princípios sociais e morais.

Para Junqueira (2014), a qualificação dos educadores é um fator de grande relevância e precisa ser trabalhada, mas os professores precisam perceber a necessidade de mudar e se disponibilizarem para tais mudanças no que se refere às formas e metodologias de ensino, pois assim podem contribuir para a ampliação de medidas educativas, afim de que as práticas opressoras relacionadas a diversidade sejam extintas.

Além do mais, por ser uma instituição de ensino de regime militar existe mais fortemente a necessidade de que, mais do que estar no plano de aulas, deve haver a qualificação correta e adequada para a abordagem didática sobre diversidade sexual, a fim de que não enseje discursos preconceituosos e tampouco abusivos, seja por parte do professor ou mesmo do discente.

Assim, a qualificação do professor deve estar alinhada com conceitos e preceitos da psicologia, considerando que é a área que busca traçar concepções e conhecimentos sobre as dinâmicas e relações em sociedade. Assim, depreende-se que debater temas que são de interesse dos alunos como a diversidade sexual, discutir suas relações e emoções é um caminho para que estes alunos se desenvolvam de forma a terem um melhor convívio em sociedade (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2009).

Debater as vivências, no meio cultural e social é compartilhar o simbólico de forma a compreender tanto as subjetividades quanto objetividades que envolvem o ser humano, além de ser um instrumento para debater as constantes mudanças impetradas à sociedade (DAVIDOFF, 2001).

E um ambiente escolar, onde os professores são qualificados e há um clima de respeito e de busca de conhecimento, é um local para que sejam discutidas temáticas que busquem o

desenvolvimento humano bem como seu papel na sociedade. Isso é papel da escola. Silva (2009) defende que as relações e interações sociais determinam o comportamento humano, assim, se o tema diversidade sexual é discutido na comunidade escolar, em sala de aula, os jovens estarão mais propensos a repensarem e discutirem o tema, avaliando não somente o seu ponto de vista, mas as concepções expostas pelos colegas, vindo assim, de modo a melhorar a qualidade de vida de cada indivíduo.

A psicologia busca oferecer possibilidades para os indivíduos a fim de melhorar sua vivência seja no meio escolar, familiar, profissional e de fato, quando empregado no ambiente escolar, com base nas linhas pedagógicas tende a oferecer um leque de possibilidades para construir e desconstruir padrões e comportamentos (SILVA, 2009; COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004).

Nesse sentido, **sobre o interesse dos alunos**, os professores pontuaram que se sentem interessados e abertos para discutirem diversidade sexual, porém, ao levar essa discussão para casa, nem sempre os pais têm controle da situação e/ou aceitam esta discussão ou mesmo a abordagem usada em sala de aula pelos professores, o que pode gerar mais conflitos principalmente para os adolescentes.

Kovács (2002) e Osório (1992) afirmam que isso se deve ao fato de que a adolescência é uma fase de construção e desconstrução de identidade dos sujeitos, em busca de estabelecer relações sociais, desenvolvimento da sexualidade e de seu papel no meio social. Nem sempre esta condição/descoberta vai satisfazer os interesses dos pais.

*“Outra coisa que é muito legal é que os alunos, eles estão abertos a isso, eles vivem isso dentro de sala de aula entre eles. Nós temos vários casos em sala de aula nesse tempo que estou aqui e em outras escolas, você ver atos. Não importa se esses alunos homossexuais, se é menino ou menina. Você não vê o problema”. **Entrevistado 4.***

*“Eu noto que os alunos são bem abertos a isso. A essas questões de identidade, eles não são mais abertos devido aos pais, professores e até mesmo a entidade, de sair do ensino tradicional na metodologia. A nova geração está vindo mais rápido”. **Entrevistado 3.***

Segundo os professores, este é um assunto que tem suscitado reclamações/explicações dos professores para pais de alunos que vão à escola por algum motivo, geralmente negativo, relacionado à discussão deste assunto em sala de aula. Foi observado que por ser uma instituição de regime militar, ocorre que os pais pensam que o ensino deve ser ortodoxo, tradicional, baseado em uma realidade que ficou para trás, sem abordagem a temas complexos e que instigam conflito de opiniões. A escola tem a necessidade de abordar contextos atuais, que, por vezes, pode parecer muito heterodoxo na visão dos pais.

Nesse sentido, Junqueira (2014) ressalta que a escola deve ser um contexto inovador no qual se promova socialização, e não se coloca como um ambiente inquestionável, em que os educandos têm o papel apenas de estudar formalmente. Então, é relevante que os alunos possam ter o direito de escolher em participar das ações que visam melhorias para a convivência deles dentro do ambiente escolar.

“Às vezes, você instiga o menino a refletir. O menino às vezes até chega em casa e comenta com o pai e o que ele interpreta totalmente errado”. Entrevistado 6.

“Tem que falar o seguinte: nós da disciplina sempre temos que falar sempre o mesmo: nasceu macho é macho, nasceu fêmea é fêmea”. Entrevistado 4.

Nesse contexto, Bauman (1998) afirma que o direito de escolha deve ser trabalhado como potencializador da liberdade no processo educativo, para assim despertar o sentimento de pertencimento e de inclusão. A influência social, as condutas e padrões de comportamento no ambiente escolar podem alterar a conduta no ambiente familiar, e isso nem sempre é visto com bons olhos pelos pais, conforme observado na fala dos professores entrevistados.

Com base nisso, Silva (2009) defende que as relações e interações sociais determinam modificações e alterações no meio social, bem como no papel do sujeito. Isto porque avaliar a vida, a postura e o comportamento de outrem, redefine a forma de agir e de se portar no mundo, em especial dos adolescentes que estão em processo de construção comportamental e ideológica.

E esse direito de escolha que provém das interações sociais pode ir de encontro aos **valores e princípios sociais** que permeiam o debate sobre diversidade sexual, nesse sentido, os professores expuseram as dificuldades encontradas em tratar a temática, que inclusive envolve a religião.

“Estavam discutindo a ideologia a diversidade sexual e relações de gênero. Para haver a discussão sobre sexualidade deve ocorrer a desconstrução da família tradicional. Sexualidade é a porta de entrada da família, temos que ter total noção de que a família tradicional está ruindo. Se querem tratar sobre sexualidade tudo bem, mas saibam que os valores e princípios da família tradicional vão sumindo, e aí? Ao discutir sexualidade iremos também discutir valores sociais”, Entrevistado 4.

“Quando foi trabalhado a questão de gênero os pais de outras escolas vieram aqui questionando o trabalho da professora, questionando que queria vim aqui na escola, como se a escola estivesse dando uma orientação para os alunos definindo o que eles tinham que ser e o que não deveriam ser. Ainda há esse preconceito”, Entrevistado 3.

Assim para falar de sexualidade, os professores relataram que é importante desconstruir alguns conceitos tradicionais, inclusive familiares. Ao se tratar de homossexualidade, o que

gera entre eles a aceitação, como é percebido pelos professores no próprio contexto escolar, além de citarem o preconceito, principalmente por parte dos pais, com as ideologias discutidas em sala de aula, entre professores e alunos.

*“E o principal ponto que a gente percebe, que eu percebo há algum tempo, é que a religião é aspecto principal que gera essa influência”, **entrevistado 2.***

*“E se formos trabalhar isso em humanas, por exemplo, a gente vai está incentivando os meninos a seguir isso, como se a sexualidade fosse uma escolha. É uma questão de identidade, é uma questão de direitos e tudo mais. Não se é menino ou menina tem que ser assim. Vou ensinar o meu filho a ser é assim. Vou ensinar meu filho a ser gay, está na bíblia que tem que ser rosa e azul. De onde você tirou que está na Bíblia que tem que ser rosa ou azul? Não, não, mas tá lá que cada um tem que seguir uma certa função, uma certa questão, isso é bem forte”, **Entrevistado 1.***

*“É problemático chegar nos alunos e falar que eles têm preconceito. Pois vai chegar o pai aqui e falar que nós chamamos o filho de preconceituoso. Isso deve ser tratado sim, mas as coisas devem ser levadas mais a sério. A comunidade deve ter um conhecimento para dar respaldo às ações dos professores e que supra as suas necessidades. Mas, continuar do jeito que está só vai prejudicar os professores. Porque se houvesse um direcionamento, uma preocupação, aí os pais ia perceber que o colégio tem alguém, olha eles abriam espaço, durante todo ano vão falar sobre sexualidade, agora simplesmente jogar para que os professores assumam a responsabilidade e lidar em todos os aspectos”, **Entrevistado 6.***

Observa-se que os valores sociais e a religião são barreiras para a discussão sobre diversidade sexual. Fatores estes que são vistos de forma negativa na construção da identidade do estudante/adolescente, pois dificulta no enfrentamento às adversidades e podem causar sofrimentos psicossociais durante as transições, acarretando em danos irreparáveis à maturidade do sujeito (VAISBERG, 2005).

Assim, os professores pontuaram alguns aspectos que devem ser levados em consideração devido à discussão sobre sexualidade com os alunos como:

*“O primeiro ponto é trazer o pai para escola. Se você não mandar nada para o pai sobre o tema como sexualidade, por exemplo, quando começa a trabalhar na escola ele é o primeiro a vim reclamar”. **Entrevistado 2.***

*“O tabu na questão é a família, o estado, os colegas, esse assunto ainda é um tabu em sala de aula”. **Entrevistado 5.***

*“Eu acredito que tem que falar e trabalhar a questão do respeito, primeiramente. Foi isso o objetivo da disciplina que eu ministrei ano passado. Trabalhei com a questão do respeito e diversas áreas, inclusive na questão de gênero. Só que fui mal interpretada por alguns pais porque eles entenderam que estava incentivando os alunos, ensinando eles a escolher uma sexualidade, mas, eu acredito que tem que ter esse tipo de trabalho na sala de aula, com nossos estudantes, mas trabalhando a questão de cada um respeitar e evidenciar a família e não nós. Nós temos que conversar e que tem que orientar é a família, ela que é responsável. Essas escolas de tempo integral já trazem a todos os professores a responsabilidade os pais estão só recebendo seus filhos durante a noite para dormir, não conversam e a gente tem que fazer tudo”. **Entrevistada 3.***

Percebe-se que a principal queixa dos professores após a discussão sobre sexualidade em sala de aula não é a reação dos alunos, mas sim a dos pais, que questionam sobre o método de abordagem e mesmo porque tal assunto está sendo abordado.

Conforme discutido, a escola tem um papel primário na educação, na transmissão de conhecimento, e um papel secundário na transmissão de valores sociais e comportamentais, uma vez que, espera-se que essa base venha do seio familiar, pois os pais são os principais responsáveis por isso. Mas, acontece que nos dias atuais como os alunos tendem a ficar muito tempo nas unidades escolares, geralmente de tempo integral, então a responsabilidade de educar tem sido transferida totalmente para a escola.

Segundo Furlani (2016), a escola é o campo de educação formal e tem o papel de contribuir para o crescimento amplo do sujeito e sua inclusão social, portanto deve incluir em sua base curricular conteúdos relacionados a educação sexual para que as discussões sobre essa temática estejam presentes no contexto escolar.

Mesmo que os planos pedagógicos sejam subsidiados por discussões previstas nos planos de aula, como a diversidade sexual, quando o professor ensina ou discute em sala conceitos diferentes dos que os pais manifestam ocorrem as intercorrências ideológicas. Para Maprim (2009) é necessário que os docentes passem por um processo de qualificação, onde deve construir planejamentos, que venham aprimorar as metodologias que proporcionem transformações na educação, considerando que os resultados dessa educação podem diminuir fatores negativos como as desigualdades, exclusão e o preconceito.

De acordo com os educadores, os pais pensam que os professores influenciam negativamente os alunos ao lhe darem a oportunidade de obter mais informações sobre a sexualidade e não de seguir um padrão arraigado na sociedade, como defende a maioria das famílias tradicionais, que procuram a escola para reclamar e criticar a exposição de tal temática.

A escola deve seguir parâmetros nacionais, portanto deve estar aberta aos questionamentos sem fechar os olhos para uma temática que está cada vez mais presente nos diferentes contextos e precisa de uma atenção especial, e permitir discussões sobre essa temática dentro do ambiente escolar pode contribuir no avanço do ensino brasileiro, considerando que se trata de uma temática que envolve a vida dos sujeitos e não deve ficar fora dos portões escolares (PALMA et al., 2015).

Sendo assim, é papel da escola manter um relacionamento com os pais e romper essa barreira ideológica, buscando mostrar aos familiares que a discussão segue um plano pedagógico e que não é leviana, para que as arestas do que está sendo tratado em sala de aula

não seja tema de discussões e desentendimentos no âmbito familiar, entre pais e filhos, tampouco gere conflitos entre pais e professores.

Outro ponto levantado pelos professores que chamou à atenção é a questão da interferência da religião no debate sobre a sexualidade, o que já foi brevemente abordado acima, mas agora o foco das falas do grupo se voltou especificamente para tal ponto.

“E o principal ponto que a gente percebe, que eu percebo há algum tempo, é que a religião é aspecto principal que gera essa influência”. **Entrevistado 2.**

“Exato! E se formos trabalhar isso em humanas, por exemplo, a gente vai estar incentivando os meninos a seguir isso, como se a sexualidade fosse uma escolha. É uma questão de identidade, é uma questão de direitos e tudo mais. Não se é menino ou menina tem que ser assim. Vou ensinar o meu filho a ser é assim. Vou ensinar meu filho a ser gay, está na bíblia que tem que ser rosa e azul. De onde você tirou que está na Bíblia que tem que ser rosa ou azul? Não, não, mas tá lá que cada um tem que seguir uma certa função, uma certa questão, isso é bem forte”. **Entrevistado 1.**

Conforme os entrevistados 1, 2 e 4, a religião é um apoio basilar para algumas famílias. A sociedade está evoluindo, contudo, as muitas religiões se mantêm firmes em relação às mudanças nos padrões de sexualidade do mundo contemporâneo, e essa postura reflete no comportamento das pessoas. As experiências religiosas são utilizadas por muitos como forma de “curar” ou de combater a homossexualidade, sem considerar a subjetividade dos sujeitos, tal afirmação de Noletto (2016) pode ser visto nos discursos dos professores.

Os pais que têm uma religião tradicional, que é contra a diversidade sexual não aceitam que os filhos tenham essa oportunidade e o direito de vivenciar e tampouco de debater sobre as facetas da temática. Para os pais, a família é de uma forma: o casal composto por homem e mulher. Certamente, essa postura ortodoxa advinda do lar do aluno, reflexo do contexto cultural amplo, atrapalha na formação de senso crítico deles e na capacidade de aceitação de outrem.

Sabe-se atualmente que a sexualidade do indivíduo não é uma escolha, mas sim, uma condição de vida, é intrínseca a este indivíduo, não sendo uma “opção consciente que possa ser modificada por um ato de vontade” (BRASIL, 2004, p.29). Deste modo, é válido afirmar que os debates em sala de aula, realizados nas escolas, permitem ao aluno “vivenciar” sua sexualidade, ao invés de seguir um padrão fortemente arraigado na sociedade, que é heteronormativa.

Diante deste cenário conturbado da temática, o apoio psicológico é essencial na adolescência. O papel do psicólogo no contexto escolar auxilia a entender os comportamentos sociais com base na vivência do aluno, a fim de contribuir para o desenvolvimento do sujeito. Neste sentido Freitas (2006) explica que o apoio psicológico do aluno no processo educacional é de suma relevância para a compreensão de possibilidade de atuação tanto da comunidade

escolar quanto dos discentes para viabilizar possíveis intervenções na realidade do sujeito, tanto no que diz respeito à realidade dentro e fora da escola com a transmissão de valores, responsabilidades e padrões de comportamento.

Além das consequências psicológicas decorrentes da discussão sobre sexualidade em sala de aula, os entrevistados destacaram ainda o tempo em que os alunos ficam na escola.

*“Essas escolas de tempo integral já trazem a todos os professores a responsabilidade os pais estão só recebendo seus filhos durante a noite para dormir, não conversam e a gente tem que fazer tudo”. **Entrevista 5.***

*“O tempo que eles passam aqui com a gente como escola de tempo integral. Cada vez mais o Estado manda responsabilidades para nós e isso também cai no nosso colo, a questão da sexualidade, porque nós temos que ser tutores, professores, nós temos que saber da vida daquele aluno e orientá-lo, se aquele aluno nos procura e quer falar de um assunto como a sexualidade, nós vamos fazer o que. Vamos ouvir o aluno e claro que nós vamos orientá-lo, com nossos princípios, nossos valores. E é esse valores e princípios que talvez não vão estar de acordo com a família. E a família vem perdendo sua força de educação gradativamente com o estado monopolizando o tempo desses estudantes na escola. Os alunos chegam em casa 8 horas da noite só vão dormir, não tem contato com mãe e pai e final de semana é fazendo atividade e outras coisa, enfim, não tem um vínculo familiar afetivo, um diálogo. A maior parte do tempo é aqui. E nós temos que fazer esse trabalho segundo o estado nos impõe essa responsabilidade”. **Entrevista 3.***

*“Há duas vias entre a questão da sexualidade, e a nossa área é a esquerdista. Acho que temos que abordar sobre tudo, desde que o estado proporcione a qualificação para professores e uma certa estrutura como material, além de apoio psicológico para abordar. Vejo vários professores tradicionais que vejo que eles querem mudar, mas precisam de um norte, que o estado dê essa possibilidade. Eles já tentaram mudar, mas não sabem como. E às vezes essa ideia de sexualidade é muito interessante e importante para ser colocado em sala de aula, mas também útil para mostrar como abordar esse assunto de maneira mais correta, sem ser tendencioso, e mostrar que isso será tratado de forma, com valores e seriedade. Para que consigamos tocar nesse assunto e não causar problemas”. **Entrevistado 4.***

Para os professores que fizeram parte desta pesquisa, o Estado tem buscado monopolizar a educação das crianças e jovens, contudo, não dá as condições necessárias os professores para que tal educação seja de qualidade.

Além disso, os alunos ficam muito tempo na escola e poucos compartilham suas vivências com os pais, que quando ocorre gera conflitos, uma vez que, os valores e princípios dos pais podem vir de encontro com o que é repassado aos alunos pelo corpo docente. Essas intercorrências geram desconfortos tanto para os pais quanto para o professor, que tem seu ensino posto em cheque, inclusive quando o tema é sexualidade.

Nessa concepção, Maprim (2009), aponta que uma possível alternativa para solucionar questão da educação sexual nas escolas, seria a implantação de propostas relacionadas ao tema

já nas séries iniciais. Além de um processo contínuo de capacitação para os professores que têm um papel de grande relevância na formação dos sujeitos.

Nesta perspectiva, os professores colocaram em pauta o **papel do Estado**, relatando que o mesmo assume a responsabilidade sobre a educação dos adolescentes mantendo-os em escola de tempo integral.

A discussão de temáticas atuais, entretanto, não fornece subsídios aos professores para tal, seja didático, material ou mesmo psicológico. Diante das transformações que os alunos/adolescentes perpassam no período de desenvolvimento na adolescência é essencial o envolvimento da escola, alunos e pais em uma rede conectada e alinhada de transmissão de conhecimentos e valores que irão subsidiar a maturidade dos alunos.

Isto porque impor o debate de determinadas temáticas sem o devido aparato necessário, seja de qualificação profissional, apoio psicológico e relacionamento entre escola-família, esta ação tende a trazer mais prejuízos do que gerar um reflexo positivo, uma vez que, a discussão sobre diversidade sexual em sala de aula acarretará em tomadas de partido indiferentes ao que o debate propõe que é melhorar o convívio social, o respeito e combater o preconceito.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o observado na pesquisa realizada no Colégio Militar, é possível perceber que os professores entendem como dever do estado o investimento na formação continuada dos educadores. De acordo com os discursos apresentados pelos participantes do grupo, não há uma oferta de capacitação suficiente que possa proporcionar segurança para lidar com as demandas dos alunos, principalmente as que se referem as questões sobre diversidade sexual.

Todos os participantes concordaram que é necessário discutir a diversidade sexual dentro do ambiente escolar, pois consideram que é uma realidade e a escola não pode fugir ou negligenciar tal fato. Porém, não há um consenso em relação ao papel de cada um, seja escola, sociedade e estado, e alegam não estarem prontos para mais uma responsabilidade, sem que haja um devido preparo para lidar com esses fatores, que são emergentes.

Durante o grupo focal realizado, percebeu-se a disposição e curiosidade dos professores em discutir e expor sua opinião sobre o trabalho da diversidade sexual, na escola. Surgiram muitas dúvidas e questionamentos quanto à responsabilidade e o papel do estado na inclusão da temática na base curricular e da escola em adotar o assunto em seus conteúdos, uma vez que é uma temática pouco discutida no ambiente escolar, embora esteja frequentemente presente neste contexto.

A partir dos resultados obtidos, pode-se observar que para que a temática diversidade sexual seja trabalhada de forma adequada no contexto escolar, é preciso que se façam mudanças de vários aspectos. Dentre eles, o Estado deve ampliar e esclarecer melhor a abordagem da temática nos Parâmetros Nacionais, da educação em todas as series.

Desta forma, a escola precisa assumir a responsabilidade da implantação do assunto em sua base curricular, seguindo os Parâmetros Nacionais, dando respaldo, tanto em capacitação profissional, como apoio psicológico aos professores, afim de desenvolver ferramentas que possam ser utilizadas para evitar conflitos. Conflito estes que tem prejudicado a relação entre educadores, famílias e escola, como foi pontuado nos discursos apresentados no grupo.

Os professores precisam estar amparados de conhecimentos e metodologias que viabilizem o trabalho na desconstrução de preceitos de cunho opressor e preconceituosos. Quando o professor é preparado para lidar com os assuntos relacionados à diversidade sexual, assuntos estes vistos como complexos e polêmicos, há uma diminuição da possibilidade de que estes venham colocar seus valores e princípios de forma a induzir ou influenciar nas condutas do aluno, sem considerar os valores e a condição de vida dos mesmos.

Nesse sentido torna-se relevante que os professores, além de perceberem a necessidade de capacitação, também busquem esse aprimoramento e se coloquem disponíveis a mudanças e aquisição de novos conhecimentos. Essa colaboração certamente pode contribuir para um ambiente escolar saudável, onde as relações interpessoais sejam fomentadas por discussões que promovam a valorização e a democratização do ensino.

Diante do exposto, é possível perceber as dificuldades dos professores em lidar com novos problemas sociais e psicológicos que acompanham os alunos que entram na escola, tanto os familiares como os de comportamento social. Também é possível perceber que os educadores não fizeram nenhuma correlação direta entre a abordagem sobre sexualidade nas salas de aula com os direitos sexuais e reprodutivos que são parte importante dos Direitos Humanos.

Em seu artigo “Educação e Direitos Humanos: desafios para a escola contemporânea” as autoras Fernandes e Paludeto (2010), pontuam que a educação voltada para os Direitos Humanos ainda não faz parte do cotidiano escolar como deveria. Desta forma, a discussão sobre sexualidade e a expressão da mesma, caminham em círculos dentro dos âmbitos já convencionais da moral e da ética.

Sendo assim, é possível afirmar que o profissional de Psicologia, enquanto promotor de saúde mental, deve desenvolver ações intervenções com a finalidade de promover saúde nos ambientes escolares. Deve se colocar como agente de mudanças dentro da instituição-escola, atuando como um indivíduo catalisador de reflexões, um conscientizador dos papéis constituídos pelos diferentes grupos que integram a instituição.

Também é papel do profissional de psicologia a promoção da eficiência do ensino em todos os seus aspectos, visando atender às necessidades da escola como um todo e da comunidade. As mudanças comportamentais dos professores e alunos, no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem e as relações interpessoais, ligadas as dimensões política, econômica, social e cultural, também devem ser compreendidas e acompanhadas pelo psicólogo educacional.

Para novos pesquisadores, o trabalho aqui realizado e exposto abre novas perspectivas a serem exploradas, entre elas, a ampliação dessa pesquisa, com o objetivo de conhecer a realidade de outras escolas e series, considerando que a educação sexual está nos Parâmetros Curriculares desde as series fundamentais.

Sugere-se inclusive, a expansão da pesquisa para outras regiões do Estado, a fim de coletar dados e em seguida fazer uma análise para identificar como a temática é trabalhada em diferentes realidades. Outra possibilidade de pesquisa incluir trabalhar os alunos, ao invés de

educadores, com o intuito de identificar como os educandos recebem os conteúdos relacionados à diversidade sexual na escola.

Do mesmo modo, pode-se, posteriormente, fazer uma análise comparando os dados das regiões e verificar se a ausência do trabalho sobre a diversidade sexual contribui ou influencia de alguma forma, para o aumento da exclusão social, ideações de suicídio, ações preconceituosas e da violência de caráter homofóbico.

Espera-se, portanto, que, paulatinamente, o estado, a escola, os educadores e a sociedade percebam a importância do papel e a responsabilidade de cada um no processo de construção de um mundo melhor, onde os deveres devem ser cumpridos e conseqüentemente os direitos precisam ser respeitados.

Igualmente, a partir dos resultados desta pesquisa, espera-se que haja um reconhecimento da necessidade de um trabalho em conjunto na construção de uma educação acolhedora, capaz de proporcionar aos sujeitos, ambientes onde a transmissão de conhecimentos é compartilhada e onde todos possam se colocar como agentes transformadores de uma realidade onde, infelizmente, o preconceito ainda se propaga.

6. REFERÊNCIAS

AIRES, Maria Miriele Rodrigues; SILVA, Roberto Vinicio Souza da. **O Homem na contemporaneidade: um olhar sobre as mudanças de paradigmas socioculturais.**

Disponível em:

http://www.uece.br/eventos/2encontrointernacional/anais/trabalhos_completos/138-28403-07112014-222615.pdf. Acesso em 03/10/2017.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998. 137 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 258 p.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. S. **Fundamentos de metodologia científica: uma guia para a iniciação científica.** 2 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD; SOUZA Neide Aparecida de. **Projetos de pesquisa: propostas metodológicas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2017.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2007.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 76 p

BRASIL. LDB n. 9394, de 20 de dez. de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação,** Brasília,DF, mar 2015.

_____. Ministério da Saúde Conselho Nacional de Saúde. **Norma Operacional N° 001/2013.**

_____. Ministério da Saúde. **Resolução N° 466,** de dezembro de 2012

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lurdes Trassi. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 368 p.

COLL, Cesar. **Psicologia e educação: aproximação aos objetivos e conteúdo da Psicologia da educação.** In: COLL, Cesar; MARCHESI, Alvaro; PALACIOS, Jesus. **Desenvolvimento psicológico educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 366 p.

COUTINHO. Luciana Gageiro. **Adolescência, cultura contemporânea e educação.** Estilos clin. vol.14 no.27 São Paulo 2009. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282009000200009.
Acessado em: 05/10/2017.

CUNHA, Marcus Vinicius da. **A psicologia na educação: dos paradigmas científicos às finalidades educacionais.** *Rev. Fac. Educ.* [online]. 1998, vol.24, n.2, pp.51-80. ISSN 0102-2555. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-25551998000200004>. Acessado em: 13/10/2017.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia.** 3.ed. São Paulo: Makron Book, 2001. 798 p.

EDUCAÇÃO, Globo. **Diversidade Sexual na Escola.** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <<https://www.youtube.com/watch?v=CKcFSD-Sx4o>>. em: 04 jun. 2011. Acesso em 14 de junho 2017.

EISENSTEIN E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolesc Saude.** 2005;2(2):6-7

FAW, Terry. **Psicologia do Desenvolvimento: Infância e Adolescência.** São Paulo: Mcgraw-hill, 1981. 301 p.

FÁVERO, Osmar et al (Org.). **Juventude e Contemporaneidade.** 16. ed. Brasília: Anped, 2007. 281 p. (Coleção Educação para Todos 19).

FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de. Pensando a diversidade sexual nas escolas. **Diversidade e Educação**, [s.i], v. 2, n. 4, p.20-26, jul. 2014

FERNANDES, Angela Viana Machado; PALUDETO, Melina Casari. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 30, n. 81, p.233-249, maio 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 158 p.

_____. Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 158 p.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Vigotsky&bakhtin: psicologia e educação um intertexto.** 4. ed. Juiz de Fora: ática, 2006. 168 p.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito as diferenças.** Belo Horizonte: Autentica, 2016. 190.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, 2003,12 (24), 149-161.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GLEITMAN, Henry; REISBERG, Daniel; GROSS, James. **Psicologia.** 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 846 p.

GERRIG, Richard, J; ZIMBARDO, Philip G. **A psicologia e a vida**. 16. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 744 p.

GREGOLIN, Maria do Rosario. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **COMUNICAÇÃO, MÍDIA E CONSUMO**, São Paulo, v. 4, p.1-15, 2007, disponível em <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/viewFile/105/106> Acesso em 28/04/2018.

JUNQUEIRA, Rogério. conceitos de diversidade. **Diversidade e Educação**, [s.i], v. 2, n. 4, p.4-13, jul. 2014.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Morte e Desenvolvimento humano**. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. 253 p.

KINALSKI, Daniela dal Forno et al. Focus group on qualitative research: experience report. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 70, n. 2, p.424-429, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0091>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034- Acesso em 12/04/2018.

LERVOLINO; PELICIONI. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Rev. Esc. Enf. USO**. v. 35, n. 2, p. 115-121, jun. 2001.

MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MANPRIN, A. M. P. **A importância da educação sexual na escola para prevenção de conflitos gerados por questões de gênero**. Portal governo do Paraná. 2009. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1940-8.pdf. Acessado em 09/09/2017. Acesso em 05/10/2017.

MOREIRA, Izabel Rosa. **Diversidade Sexual Como Direito Fundamental: O Reconhecimento Jurídico da Homo afetividade no Brasil**. Curitiba Paraná: Juara, 2015. 168 p.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. Conhecimento, educação e contemporaneidade. **Cad. Pesqui**. no.117 São Paulo Nov. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000300001>. Acessado em 06/10/2017.

OSORIO, Luiz Carlos. **Evolução Psíquica da criança e do adolescente: aspectos normais e patológicos**. 3. ed. Porto Alegre: Movimento, 1992. 113 p.

NOLETO, Rafael da Silva. Religião e sexualidade: dilemas contemporâneos brasileiros. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p.471-479, abr. 2016. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000100471 Acesso em 21/04/2018.

PALMA, Yáskara A. et al. Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. **Temas em Psicologia**, [s.l.], v. 23, n. 3, p.727-738, 2015. Associação Brasileira de Psicologia. <http://dx.doi.org/10.9788/tp2015.3-16>. Acesso em 30 nov.2017

PEREIRA, Antônio Amador. **O adolescente em Desenvolvimento**. São Paulo: Harbra, 2005. 155 p.

PINHEIRO, N. A. M. et. al. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE: A RELEVÂNCIA DO ENFOQUE CTSPARA O CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO. **Ciência & Educação**, v. 13, n. 1, p. 71-84, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v13n1/v13n1a05.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2017.

RAPPAPORT, Clara Regina et al (Org.). **Adolescência: Abordagem Psicanalítica**. São Paulo: E.p.u, 1993. 174 p.

RIBEIRO, Mônica Dias. **Gênero e diversidade sexual na escola: sua relevância como conteúdo estruturante no ensino médio**. Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL, Londrina, v. 1, n. 2, p.1-21, jul. 2012. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2 Edição/MONICA - ORIENT ANGELA.pdf](http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20Edi%C3%A7%C3%A3o/MONICA%20-%20ORIENTANGELA.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2017.

SALLES, Jerusa Fumagalli; HAASE, Vitor Geraldi; MALLOY-DINIZ, Leandro F. (Org.). **Neuropsicologia do desenvolvimento: Infância e Adolescência**. Porto Alegre: Artmed, 2016. 195 p.

SCHRAM, Cristina; CARVALHO, Marco Antonio Batista. **O pensador educação em Paulo Freire: Para uma pedagogia de mudanças**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2.pdf>. Acessado em 13/10/2017.

SILVA, Ariana Kelly Leandra Silva da. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Rev. NUFEN**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 12-25, 2013 Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912013000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 abr. 2018.

SILVA JUNIOR, Assis Moreira. **Diversidade Sexual e Inclusão Social: Uma Tarefa a Ser Completada**. Franca: Lemos & Cruz, 2014. 260 p.

SILVA, Flávia Gonçalves da. **Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural**. Psicologia da Educação no. 28. São Paulo. jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100010 . Acessado em: 13/2017

SUGAR, M. **Adolescência atípica e sexualidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

TOCANTINS. Colégio Militar de Palmas. Secretaria Estadual de Educação. **Polícia militar**. Disponível em: <: <http://www.pm.to.gov.br/institucional/estrutura-geral/04-rgaos-especiais/cpm---colegio-da-policia-militar/>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

TORRES, Marcos Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola**. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2013. 70 p. (Cadernos da diversidade)

VAISBERG, Tânia Maria José Aiello. **Sufrimento e adolescência no mundo contemporâneo sob a perspectiva da psicologia social clínica**. An. 1 Simp. Internacional do Adolescente May. 2005. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100032&script=sci_arttext. Acessado em 03/10/2017

VIANNA, Carlos Eduardo Souza, **Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira**. São Paulo. 2006. Disponível em: <http://www.publicacoes.fatea.br/index.php/janus/article/viewFile/41/44>. Acessado em: 13/10/2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Informações básicas dos participantes

- Nome
- Idade
- Sexo
- Graduação (ou Formação)
- Há quanto tempo na docência
- Há quanto tempo nessa instituição
- Disciplinas que ministra na instituição?
- Há quanto tempo ministra tais disciplinas?

Apresentação do (vídeo) o vídeo “Globo Educação: Diversidade Sexual na Escola”, seguido das perguntas:

1. Você já teve contato anteriormente com esse vídeo? Onde?
2. De acordo com o vídeo assistido, “Devemos discutir diversidade sexual na escola?”

APÊNDICE B

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

- Observação das habilidades dos participantes na apresentação de ideias
(Há conhecimento teórico em concordância aos direitos humanos? Se não, qual a referência na qual se baseiam?)
- Pertinência dos discursos apresentados em relação ao tema proposto;
(Os participantes se ativeram ao tema proposto? Se não, em quais momentos ocorreram as fugas de conteúdo e para debater quais temas?)
- Desempenho do participante em discutir o tema;
(Engajamento dos professores e /ou demonstração de interesse sobre o tema)
- Disposição dos educadores a discutir sobre o tema proposto
- Quais temas tiveram maior adesão dos educadores?

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – N. _____

Você está sendo convidado (a) para participar, de modo voluntário, de uma pesquisa. Abaixo serão esclarecidos detalhes sobre ela e se você tiver interesse em participar deverá assinar o campo em que se pede seu nome, em duas vias iguais, sendo que uma delas fica com você. Caso você não queira participar, não sofrerá nenhum tipo de penalidade por isso. Se tiver qualquer dúvida sobre a pesquisa, poderá procurar a Pesquisadora-Responsável Lauriane dos Santos Moreira pelo telefone (63) 3219-8068 e também o Comitê de Ética do Centro Universitário Luterano de Palmas pelo telefone 3219-8076. A pesquisa segue a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Eu, _____, abaixo qualificado, DECLARO para fins de participação em pesquisa, na condição de sujeito da mesma, que fui devidamente esclarecido sobre o Projeto de Pesquisa intitulado: **“Diversidade Sexual em conteúdo escolar do ensino médio em uma instituição de Regime Militar de Palmas-TO:”** desenvolvido pela Pesquisadora-Responsável **Lauriane dos Santos Moreira**.

Identificação do Sujeito da Pesquisa		
Nome:	Data de Nascimento:	Sexo:
Nacionalidade:	Estado Civil:	Profissão:
Endereço:		Telefone:

Identificação do (a) Pesquisador (a) Responsável	
Nome: Lauriane dos Santos Moreira	Telefone: (63) 3219-8068
Profissão: Psicóloga	Registro no Conselho: CRP 23/356
Email: lauriane@ceulp.edu.br	Endereço Profissional: Centro Universitário Luterano de Palmas, Coordenação de Psicologia, Av. Teotônio Segurado, 1501 Sul, CEP.: 77.019-900, Palmas – TO.

Eu, sujeito da pesquisa, após receber informações sobre a pesquisa, concordo em participar de livre e espontânea vontade como voluntário (a) e estou ciente:

- I. **Dos objetivos da pesquisa:** Compreender, sob a ótica da psicologia social e da educação, como a diversidade sexual é abordada em séries de ensino médio no Colégio da Polícia Militar em Palmas – TO, a partir de grupo focal com os educadores
- II. **Do objetivo da minha participação:** levantar legislações que norteiam o ensino da diversidade sexual no ensino médio em instituições de ensino de Regime Militar.
- III. **Dos procedimentos para coleta de dados:** serão realizadas observações, das habilidades dos participantes na apresentação das ideias, entrevista semiestruturada a partir da realização de um grupo focal, para as quais será utilizada gravação em áudio.
- IV. **Da utilização das informações coletadas:** os dados coletados ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável, sendo que os áudios estarão a minha disposição para que eu possa ouvi-los, caso deseje, bem como se quiser modificar meus depoimentos. Os dados coletados, após análise, serão arquivados sob responsabilidade da pesquisadora responsável por cinco anos.
- V. **Dos riscos:** Os riscos podem acontecer nas dimensões psíquicas e culturais dos docentes participantes do grupo. Os conteúdos trabalhados pela estrutura do grupo focal e pelo tema podem causar certa ansiedade e um possível constrangimento. caso ocorra algum desses problemas o Núcleo de Atendimento a Comunidade, que faz parte do CEULP-ULBRA oferecerá os serviços de psicologia para auxílio psicológico e demais aspectos que forem necessários.
- VI. **Dos benefícios:** haverá também a possibilidade de benefícios, que podem ser colocados nos aspectos psíquicos, morais, sociais e culturais do indivíduo que participará da pesquisa, tais como: maior conhecimento de si mesmo sobre a função de abordar conteúdos relacionados à diversidade sexual, a fim de proporcionar melhorias nas relações do aluno dentro e fora do contexto escolar facilitando o processo de aceitação, empatia e respeito das diferenças. Benefícios estes que podem ser aproveitados durante e depois da participação na pesquisa.
- VII. **Da forma de acompanhamento e assistência:** tenho o direito de esclarecer qualquer dúvida e a qualquer tempo que venha a ter sobre essa pesquisa e sei que meu nome jamais será divulgado.
- VIII. **Da liberdade de recusar, desistir e retirar meu consentimento:** tenho toda a liberdade de desistir de participar dessa pesquisa a qualquer tempo, sem que isso me acarrete penalidades de qualquer natureza.

- IX. **Da garantia do sigilo e da privacidade:** os resultados desse alcançados por essa pesquisa serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas desde que seja resguardada minha identidade.
- X. **Da garantia de esclarecimentos e informações a qualquer tempo:** posso esclarecer minhas dúvidas sobre a pesquisa a qualquer tempo e para isso sei que posso consultar a pesquisadora responsável.

Assinatura do Sujeito Participante

Lauriane dos Santos Moreira
Pesquisadora Responsável

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Luterano de Palmas – CEPCEULP

Endereço: Avenida Teotônio Segurado 1501 Sul Palmas – TO CEP 77.018-900

Telefone: (63) 3219-8076

E-mail: etica@ceulp.edu.br

Assim, DECLARO que após convenientemente esclarecido pelo pesquisador, ter lido este Termo e ter entendido o que me foi explicado oralmente e devidamente apresentado neste documento, consinto voluntariamente em participar desta pesquisa rubricando todas as filhas deste Termo e assinando a última.

Palmas, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do Sujeito Participante

ANEXO B

DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE

Escola _____

Eu, _____ assinado, responsável
pela instituição _____,
participante no projeto de pesquisa intitulado: “Diversidade sexual em conteúdos acadêmicos no ensino médio da rede pública de educação de Palmas – TO” que está sendo proposto pelo pesquisador Lauriane dos Santos Moreira, vinculado ao Centro Universitário Luterano de Palmas, declaro ter lido e concordar com a proposta de pesquisa, bem como conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Norma Operacional CONEP 001/13, a Resolução CNS 466/2012 e suas complementares. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidade e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes, dispondo de infraestrutura necessária, para a garantia a realização das ações previstas no referido projeto, visando à integridade e proteção dos participantes da pesquisa.

Palmas, _____ de _____ 2017.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

ANEXO C



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Eu, Lauriane dos Santos Moreira, abaixo assinado, pesquisador responsável envolvido no projeto intitulado: “Diversidade sexual em conteúdos acadêmicos no ensino médio da rede pública de educação de Palmas – TO”, **DECLARO** estar ciente de todos os detalhes inerentes a pesquisa e **COMPROMETO-ME** a acompanhar todo o processo, prezando pela ética tal qual exposto na Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 466/12 e suas complementares, assim como atender os requisitos da Norma Operacional da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP nº 001/13, especialmente, no que se refere à integridade e proteção dos participantes da pesquisa. **COMPROMETO-ME** também à anexar os resultados da pesquisa na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais. Por fim, **ASSEGURO** que os benefícios resultantes do projeto retornarão aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa.

Palmas, _____ de _____ de 2018.

Prof. Msc. Lauriane dos Santos Moreira

Orientador

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP